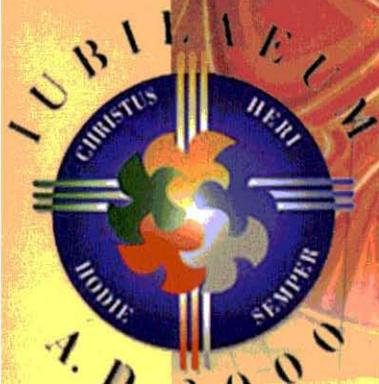


Convergência

ISSN 0010-8162

Abril - 2000 - ANO XXXV - N. 331

- Quinhentos Anos de Brasil
- Quando uma Comunidade Acredita no Poder do Amor
 - Libertação, Cultura e Atividades Apostólicas
 - O Pão que nos Faz Irmãos
- A Refundação da Vida Religiosa



SUMÁRIO

Editorial	129
Palavrad o Papa	131
Informe CRB	134
Artigos	136
Quinhentos Anos de Brasil	136
<i>José Comblin</i>	
Quando uma Comunidade Acredita no Poder do Amor... ..	148
<i>Lúcia Weiller</i>	
Libertação, Cultura e Atividades Apostólicas na Igreja Latino-americana	161
<i>Frei Tito Figueirôa de Medeiros, O. CARM.</i>	
O Pão que nos Faz Irmãos	172
<i>Marcelo Barros</i>	
A Refundação da Vida Religiosa	182
<i>Pe. Lourenço Kearns, CSSR</i>	

A ilustração da capa de Convergência-2000 é uma versão brasileira do ícone russo da Santíssima Trindade de Rublev, por Cláudio Pastro.

ASSINATURA PARA 2000:

BRASIL: Terrestre ou aérea	R\$ 72,00
Número avulso (Brasil)	R\$ 7,20
EXTERIOR: Terrestre ou aérea	US\$ 85,00
ou o correspondente em R\$ (Reais).	

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da

Conferência dos Religiosos do Brasil: CRB

ISSN 0010-8162

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Romi Auth, FSP

Pe. Francisco Tabora, SJ

Pe. Jaldemir Vitória, SJ

Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

Tel.: (0**21) 240-7299

e-mail: crb006@ibm.net

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

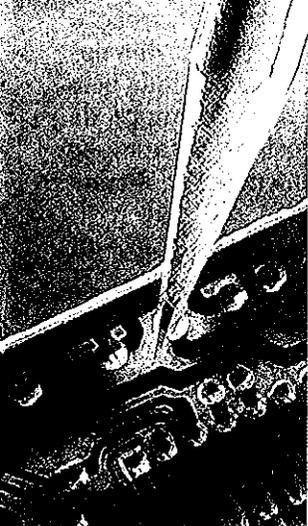
04216-000 • São Paulo • SP

Tel.: (0**11) 6914-1922

e-mail: loyola@ibm.net

Brasil Quinhentos Anos

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FJ



Algumas das indagações que se têm feito a respeito das comemorações por ocasião dos 500 anos do Brasil vão às raízes da questão: por que quinhentos anos? Como estabelecer as origens, a partir de uma história já em curso? Como ignorar etapas da vida de povos e culturas para delimitar um “novo começo”? Como situar a questão do “descobrimento”, suposto o jogo de interesses que sustentaram e ainda sustentam o evento?

Outra pergunta que incomoda é a pergunta que se fazem setores expressivos da população sobre o quê e o porquê comemorar? Sem desconhecer nem negar a complexidade da questão e os aspectos positivos desse evento histórico, é preciso reconhecer que são muitas as sombras dessa história de 500 anos. Um projeto de conquista e dominação, sob capa de um projeto civilizatório-evangelizador; a negação do outro na negação de raças e culturas; a implantação de um sistema sócio-econômico estruturalmente injusto; o abuso do poder; o desrespeito à vida e aos direitos básicos da pessoa humana constituem, certamente, uma pesada carga histórica a ser reconhecida e lamentada, um grave ônus sócio-cultural a ser reparado numa re-construção da história a partir do outro negado e excluído.

Se muitos fatos do passado com suas conseqüências ao longo do tempo não nos permitem uma comemoração triunfalista ou ingênua, o evento 500 anos nos oferece, certamente, ocasião propícia para uma profunda reflexão pessoal e coletiva e para uma tomada de posição lúcida e audaz diante dos desafios do presente.

É momento de refletir sobre a realidade brasileira contemporânea e a maneira como ela foi construída ao longo dos anos. É tempo de meditar sobre a trajetória percorrida, recuperar os séculos perdidos, pedir perdão pelas violências que criaram um país injusto e excludente, resgatar a rica experiência humana e espiritual de povos, culturas, crenças e religiões. São muitas as dívidas sociais que precisam ser quitadas. A dignidade e os direitos da pessoa humana, sobretudo dos pobres, têm de ser resgatados, para que o projeto de Deus se faça verdade histórica em nossa história, e o Reino anunciado pelos primeiros Missionários aconteça e gere mais Vida no meio de nosso povo.

A coincidência desse evento da nossa história com o Jubileu da Encarnação reforça na consciência da comunidade eclesial e da Vida Religiosa a aguda percepção de que não se pode pretender construir uma nação de irmãos, animada pela fé no Deus de Jesus, sem assumir nas nossas decisões e opções a lei do amor, da justiça e da solidariedade, os critérios fundamentais do Evangelho. Passaram-se 500 anos e ainda estamos decifrando o que significa tudo isso na prática concreta e histórica dos seguidores de Jesus.

Por isso, a comemoração dos 500 anos deve ser tempo de coragem para discutir o nosso próprio passado e mudar os rumos da nossa história, a partir da prática da cidadania, da luta pelos direitos humanos e contra toda forma de exclusão ou discriminação. Tempo de lutar por um Brasil com mais igualdade e democracia, com mais respeito a todos os homens e mulheres, à diversidade de culturas e tradições.

Coincidentemente, é tempo de Páscoa: morte, ressurreição e dom do Espírito. Tempo, portanto, de uma revisão crítico-profética, na escuta dos novos *sinais dos tempos*, para lançar sementes de Vida Nova, e alentar a esperança dos pobres e pequenos da terra. Que a celebração da festa da Páscoa, — a festa da Vida — neste ano 2000, seja para religiosas e religiosos, um novo kairós, um momento de graça, de renovada fidelidade ao Evangelho de Jesus, de testemunho do Reino na difícil conjuntura histórica do País.

O artigo *“Quinhentos Anos de Brasil”* do Pe. José Comblin, constitui uma vigorosa chamada de atenção para a responsabilidade da Vida Religiosa neste momento histórico. Para o autor, não basta reconhecer pecados, ausências e omissões do passado, mas é preciso encontrar caminhos concretos de evangelizar hoje na perspectiva do Reino e de suas exigências de compromisso com a vida do povo. Reconhecer os erros do passado — como Igreja e Vida Religiosa — significa traçar novas metas e colaborar para mudar os rumos da história.

Ir. Lúcia Weiller, no seu artigo — *“Quando uma comunidade acredita no poder do amor...”* — oferece às comunidades um rico e inspirado texto sobre a fonte do amor cristão que é a Comunidade Trinitária. A intenção da autora “é apresentar algumas pistas hermenêuticas para uma leitura trinitária, a partir do mandamento do amor nos escritos joaninos”. Nessa perspectiva, a autora destaca a Páscoa como chave de leitura e lugar privilegiado de manifestação do amor trinitário, enfatizando o paradoxo da lógica pascal.

O artigo do Pe. Marcelo Barros, — *“O Pão que nos faz Irmãos”* — é uma inspirada meditação sobre a Eucaristia e o diálogo interreligioso. Partindo de uma reflexão sobre o mistério da Eucaristia na vida da Igreja, desde as origens até nossos dias, salienta sua importância e seu sentido profundo na vida cristã e na busca da unidade. O texto leva a refletir sobre a diversidade cultural, as iniciativas de troca e de diálogo com todos os irmãos. Coloca em evidência a universalidade da graça de Deus, presente em todas as religiões e culturas. Suas palavras são um convite para a abertura ao outro e para a aproximação de todos.

Frei Tito Figueirôa de Medeiros, no seu artigo — *“Libertação, Cultura e Atividades Apostólicas na Igreja Latino-americana”*, reforça que é preciso compensar as lacunas e sombras do passado com uma nova evangelização. Lembra os documentos da Igreja que orientam a ação da comunidade eclesial e sua proposta evangelizadora voltada para a luta em defesa dos pobres e excluídos. Chama a atenção para a missão inculturada, para o respeito ao outro, para a acolhida e a compreensão real de nossos irmãos.

C O N V E R S Ë N C I A

Sede Testemunhas da Alegria que Brota do Evangelho

CARÍSSIMOS IRMÃOS E IRMÃS!

1. «Residia em Jerusalém um homem chamado Simeão; era justo e piedoso, esperava a consolação de Israel e o Espírito Santo estava nele... Havia também uma profetiza, Ana» (Lc 2, 25-26.36).

Estas duas figuras, Simeão e Ana, acompanhavam a apresentação de Jesus no templo de Jerusalém.

Simeão e Ana representam a expectativa de todo o Israel. A eles é dado encontrar-se com Aquele que os profetas desde há séculos haviam prenunciado. Iluminados pelo Espírito Santo, os dois anciãos reconhecem no Menino o Messias esperado, que Maria e José, em cumprimento das prescrições da Lei do Senhor, tinham levado ao templo.

As palavras de Simeão têm tons proféticos: o ancião *olha para o passado e denuncia o futuro*. Ele diz: «Agora, Senhor, podes deixar o Teu servo partir em paz, segundo a Tua palavra, porque os meus olhos viram a Salvação, que preparaste em favor de todos os povos: Luz para iluminar as nações e glória de Israel, Teu povo» (Lc 2,29-32). Simeão exprime o cumprimento da expectativa, que constituía a sua razão de vida. A mesma coisa acontece para a profetiza Ana, que se alegra ao ver o Menino e fala dele a «*todos os que esperavam a libertação de Jerusalém*» (Ibid., v. 38).

2. Todos os anos a hodierna festa litúrgica reúne junto do Túmulo de Pedro uma grande plêiade de pessoas consagradas. Hoje, esse número tornou-se multiplão, porque estão presentes pessoas consagradas de todas as partes do mundo.

Reunidos junto do Túmulo do Príncipe dos Apóstolos neste Ano jubilar, quereis exprimir com particular evidência *o vínculo profundo que liga a Vida Consagrada, ao Sucessor de Pedro*. Estais aqui para depor sobre o altar do Senhor esperanças e problemas dos vossos respectivos Institutos. No espírito do Jubileu dais graças a

Deus pelo bem realizado e, ao mesmo tempo, pedis perdão pelas eventuais faltas que marcaram a vida das vossas Famílias religiosas. Interrogais-vos, no início de um novo Milênio, acerca dos modos mais eficazes para contribuir, no respeito do carisma originário, para a nova evangelização, alcançando as numerosas pessoas que ainda ignoram Cristo. Nesta perspectiva, eleva-se ardente a vossa invocação ao Senhor da messe, para que suscite no coração de tantos jovens e moças o desejo de se doarem totalmente à causa de Cristo e do Evangelho.

Uno-me de bom grado à vossa oração. Tendo sido peregrino em tantas partes do mundo, pude dar-me conta do *valor da vossa presença profética* para o inteiro povo cristão. Os homens e as mulheres da presente geração têm grande necessidade de encontrar o Senhor e a sua mensagem de salvação que liberta. E de bom grado reconheço, também nesta circunstância, o exemplo de *generosa dedicação evangélica*, oferecido por inúmeros dos vossos Coirmãos e Coirmãs, que muitas vezes trabalham em situações desfavoráveis. Eles despendem-se sem limites, no nome de Cristo, ao serviço dos pobres, dos marginalizados, dos últimos.

Não poucos deles *pagaram*, também nestes anos, *com o supremo testemunho do sangue* a sua opção de fidelidade a Cristo e ao homem, sem condescendências e sem compromissos. Seja-lhes dado o tributo da nossa admiração e do nosso reconhecimento.

3. A apresentação de Jesus no Templo projeta uma luz particular sobre a vossa opção, amados Irmãos e Irmãs. Porventura, também vós, não viveis *o mistério da expectativa da vinda de Cristo*, manifestada e como que personificada por Simeão e Ana? Os vossos votos — não exprimem talvez, com peculiar intensidade, aquela expectativa do encontro com o Messias que os dois anciãos israelitas traziam no coração? Figuras do Antigo Testamento postas no limiar do Novo, elas manifestam uma atitude interior que não caiu em prescrição. Fizeste-la vossa, projetados como estais para a espera do retorno do Esposo.

O testemunho escatológico pertence à essência da vossa vocação: os votos de pobreza, obediência e castidade por causa do Reino de Deus constituem uma mensagem que deixais ao mundo acerca do definitivo destino do homem. E uma mensagem preciosa: «aquele que espera, vigilante, o cumprimento das promessas de Cristo, é capaz de infundir também esperança nos seus irmãos e irmãs, frequentemente desanimados e pessimistas relativamente ao futuro» (*Vita consecrata*, 27).

4. «*Tinha-lhe sido revelado pelo Espírito Santo...*» (Lc 2,26). O que o evangelista diz a respeito de Simeão pode ser atribuído também a vós, que o Espírito conduz para uma especial experiência de Cristo. Com a força renovadora do seu amor, Ele quer fazer de vós testemunhas eficazes de conversão, de penitência, de vida nova.

Ter o coração, os afetos, os interesses, os sentimentos polarizados em Jesus constitui o maior aspecto do dom que o Espírito opera em vós. Conforma-vos a Ele casto, pobre e obediente. E os conselhos evangélicos, longe de serem uma renúncia que empobrece, constituem *uma escolha que liberta a pessoa para uma atuação mais plena das suas potencialidades*.

A respeito da profetiza Ana, o evangelista anota que «*não se afastava do Templo*» (Lc 2, 37). A primeira vocação de quem se põe no seguimento de Jesus com coração indiviso, é a de «*estar com Ele*» (Mc 3, 14), de fazer comunhão com Ele, escutando a sua palavra no constante louvor a Deus (cf. Lc 2, 38).

Neste momento, penso na oração, de modo particular na litúrgica, que se eleva de tantos mosteiros e comunidades de Vida Consagrada espalhados em toda a parte da terra. Estimados Irmãos e Irmãs, faizei ressoar na Igreja o vosso louvor, com humildade e constância, e o cântico da vossa vida encontrará ecos profundos no coração do mundo.

5. A alegre experiência do encontro com Jesus, a exultação e o louvor que brotam do coração não podem permanecer escondidos. O serviço ao Evangelho prestado pelos Institutos de Vida Consagrada e pelas Sociedades de Vida Apostólica, na variedade de formas que o Espírito Santo suscitou na Igreja, nasce sempre duma experiência de amor e dum encontro vivo com Cristo. Nasce da partilha da sua fadiga e da sua incessante oferta ao Pai.

Convidados a deixar tudo para seguir Cristo, vós, consagrados e consagradas, renunciáveis a definir a vossa existência a partir da família, da profissão e dos interesses terrenos, e escolheis o Senhor como único critério de identificação. Adquiris assim uma nova identidade familiar. Para vós valem de modo particular as palavras do divino Mestre: «*Este é o meu irmão, irmã e mãe*» (cf. Mc 3, 35). O convite à renúncia, bem o sabeis, não é para vos deixar «*sem família*», mas para vos tornar os primeiros e qualificados membros da «*nova família*», testemunho e profecia para todos aqueles que Deus quer chamar e introduzir na sua casa.

6. Caríssimos, em todos os momentos da vossa vida esteja ao vosso lado, como exemplo e sustento, a Virgem Maria. A Ela Simeão revelou o mistério do Filho e da espada que «*haveria de trespassar-lhe a alma*» (Lc 2, 35). A Ela vos confio hoje, a vós aqui presentes, e todas as pessoas de vida consagrada que celebram o Jubileu.

Joannes Paulus n. II

8º Encontro Nacional de Presbíteros Novo Milênio, Novo Presbítero!?

IR. LAURITA GHELLER, SDS

EXTRAÍDO DA MENSAGEM FINAL

1. Somos 376 presbíteros eleitos delegados dos presbitérios das nossas dioceses, vindos de todos os Regionais do Brasil, reunidos de 1º a 06 de fevereiro de 2000 em Itaici, município de Indaiatuba (SP), para o 8º Encontro Nacional de Presbíteros (8º ENP). Conosco estão outros presbíteros, alguns bispos, diáconos, assessores, seminaristas, pessoas de vida consagrada, leigos e leigas, convidados, membros da equipe de apoio, num total de 456 pessoas, todas atraídas pela confiança nas palavras do Senhor que diz:

"Eis que faço novas todas as coisas" (Ap 21,5).

2. Convocados pelo Espírito de Deus, aqui nos encontramos para aprofundar o tema: *"Novo milênio, novo presbítero!?"*. Chegamos trazendo as esperanças, as alegrias, expectativas, lutas e também as angústias e perplexidades dos presbíteros que servem o Povo de Deus em nosso país. Trouxemos conosco a riqueza da reflexão desencadeada pelo Texto-Base nas dioceses e nos regionais.

3. Neste 8º ENP constatamos um quadro de trevas e de luzes, de angústias e de esperanças. Na conjuntura internacional e nacional preocupa-nos o crescimento da concentração da riqueza e o aumento da pobreza. Conscientes de que somos, com grande diversidade, uma das lideranças populares mais significativas do Brasil, nos posicionamos decididamente contra o modelo neoliberal, que gera tantas injustiças e exclusão social. Há fenômenos que clamam aos céus e pedem que nós presbíteros levantemos a voz. Entre eles mencionamos o desemprego, a fome, a corrupção, a degradação do quadro político, a violência contra os sem-terra e contra a população das periferias urbanas, a impunidade, a não demarcação das terras dos indígenas e dos remanescentes de quilombos, as mais diversas formas de discriminação, o não reconhecimento e a falta de respeito pelas diversas etnias e culturas.

4. No âmbito eclesiológico, nos comprometemos com uma Igreja mais ministerial, missionária, celebrativa, participativa (cf. Gl 3,27-29), concretizada, sobretudo, nas Comunidades Eclesiais de Base, na fidelidade ao concílio Vaticano II, aos documentos do episcopado latino-americano e às orientações da CNBB. Que-

remos a nossa Igreja mais comprometida com a busca do ecumenismo e com o diálogo inter-religioso.

“Eis que faço novas todas as coisas” (Ap 21,5).

5. Ficou muito claro entre nós que o novo presbítero precisa ser sempre mais configurado à pessoa de Jesus, servidor do Povo (cf. Mc 10,45), especialmente dos mais pobres, marginalizados e vítimas da discriminação e exclusão. O presbítero do novo milênio, inserido no coração da humanidade, no pleno exercício da sua cidadania, será sensível às dores dos irmãos e irmãs. Um presbítero realmente comprometido com as lutas e movimentos populares que visam a defesa da dignidade humana e da vida em plenitude, segundo o grande desejo do Bom Pastor (cf. Jo 10,10). Um homem livre, aberto ao diálogo e à inculturação, que saiba manter a interação necessária entre o emocional e o compromisso com os valores do Evangelho e as exigências do Reino.

6. O presbítero do novo milênio deverá, pois, ser alguém capaz de levar a sério a dimensão profética da vocação cristã. Por isso ele será chamado a prestar mais atenção aos “sinais dos tempos” (Lc 12,54-57), de modo particular ao fenômeno da urbanização. Com lucidez e discernimento saberá abrir-se às novas perspectivas e urgências da evangelização. Fomentará cada vez mais a participação plena dos cristãos leigos e leigas, em todos os âmbitos da Igreja e da sociedade.

7. Utilizará todos os meios e tecnologias que favoreçam sua missão e que realmente promovam a dignidade humana e defendam a vida. Quanto ao trabalho de evangelização na mídia, o presbítero procurará conhecer os documentos eclesiais sobre o assunto. Apoiará a promoção e legalização de formas alternativas de comunicação, como, por exemplo, as rádios comunitárias. Jamais poderá esquecer que ele deverá transmitir uma Palavra que não é sua, mas de Jesus e de sua Igreja. Por isso, mesmo sendo corajoso e criativo, não será ingênuo e nem sucumbirá à tentação da fama e do sucesso fácil. Conhecendo possíveis interesses econômicos e políticos que, muitas vezes, estão por trás de determinados sistemas de comunicação, não se deixará manipular, optando sempre por comportamentos éticos e evangélicos.

8. Para ser um padre como a Igreja e o mundo de hoje precisam, cuidará da sua formação permanente em todas as suas dimensões. Buscará uma afetividade adulta capaz de ajudá-lo a ser amigo, irmão e solidário com os demais presbíteros, assumindo o presbitério como lugar de partilha e de verdadeira fraternidade, jamais deixando um companheiro sozinho e isolado. Vivendo neste clima fraterno terá a força suficiente para lidar com as próprias limitações e com os conflitos que nascem do exercício do ministério. Acolherá carinhosamente, com equilíbrio e naturalidade, a todas as pessoas, sem nenhuma discriminação.

9. Estamos conscientes de que o presbítero do novo milênio precisará de uma mística, da qual brota o elã que o sustentará na sua missão de animador de comunidade. Essa mística propiciará também o necessário discernimento evangélico (cf. II Ts 5,21) no acolhimento positivo do novo, daquilo que, na verdade, é manifestação do projeto de Deus. Será uma mística caracterizada pela paixão por Jesus e seu Reino e pela solidariedade para com os pobres. Vivendo a espiritualidade do seguimento, que nos leva ao cultivo da intimidade com Deus Trindade, saberá acolher as pessoas com simplicidade de vida e ser disponível para a missão.

Itaici — Indaiatuba (SP), 06 de fevereiro de 2000.



Quinhentos Anos de Brasil

JOSÉ COMBLIN

No Brasil existe uma tradição literária que ninguém se atreveria a quebrar. Qualquer exposição de problemas sociais, antropológicos, políticos, econômicos, religiosos ou culturais deve necessariamente começar pela narração do “descobrimento” do Brasil e uma pequena dissertação sobre a oportunidade da palavra “descobrimento”. Tudo se explica a partir daquilo que aconteceu em 1500. É como a narração de Gên 1-3 nos autores cristãos. Tudo começa pela criação. No Brasil tudo

começa em 1500. Por isso existe uma literatura infinita sobre o assunto. Tudo já foi dito sobre os 500 anos do Brasil. No entanto, ninguém pode faltar ao ritual; sobretudo neste ano 2000. Neste ano de celebração dos 500 anos, todo o mundo deve dizer alguma coisa, com o risco de repetir o que já foi dito mil vezes. A mim também me pediram. Já que não li tudo o que se escreveu sobre o assunto, corro o risco de repetir o que outros já disseram mil vezes e bem melhor do que eu.

1. QUINHENTOS ANOS DE CONQUISTA POLÍTICA E ESPIRITUAL.

O Brasil foi “descoberto” por portugueses. Não era inevitável que fosse assim. O Brasil podia ter sido descoberto e conquistado por outros.

Já foi dito cem vezes pelos historiadores que no século XV a China tinha tecnicamente muito melhores condições de descobrir o resto do mundo do que os europeus. Os navios chineses eram muito melhores e muito mais fortes. A China dispunha de muito mais recursos. Os historiadores discutem a questão de saber por que os chineses pararam nas costas da África e não prolongaram o descobrimento do mundo além desse pon-

to, deixando os caminhos abertos para os portugueses. Agora, pouco importa. A história está escrita. Foram portugueses e não chineses, nem indianos, nem muçulmanos, apesar das capacidades de todos estes impérios. Dessa maneira foi selado o destino do Brasil: seria um país cristão e não muçulmano, nem budista, nem hinduísta, nem confucionista, como poderia ter sido.

Portugal era parte da cristandade. Portugal era inseparável da Igreja católica, e a sua rejeição da Reforma protestante mostrou até que ponto Portugal se identificava com a Igreja católica. Em

Portugal como na Espanha quase todas as instituições eram instituições de Igreja. O próprio rei não tomou posse do Brasil como rei de Portugal e sim como Grão-Mestre da Ordem de Cristo. A conquista do Brasil era como a continuação da cruzada, confiada pelo Papa às Ordens militares. A conquista do Brasil era conquista pela cristandade antes de ser conquista pelo reino de Portugal. A sua autoridade sobre o Brasil, o rei a detinha pela vontade do Papa e não pelo direito de conquista. O rei tomava posse em nome do Papa, e, por conseguinte, de Cristo.

Esta situação foi evidenciada pela famosa primeira Missa no Brasil. A missa serviu como ato de autenticação da posse. Pela missa, os portugueses tomavam posse da terra em nome de Cristo. Esta famosa primeira missa contém todas as ambigüidades de 500 anos de história. A missa torna-se um ato civil e político. Alguém nessa hora se lembrou de que a missa era lembrança da morte de Jesus na cruz? Com certeza os soldados portugueses presentes pensaram pouco na morte de Jesus na cruz. Para eles a missa era o ato pelo qual eles tornavam o rei de Portugal o dono legítimo da terra e o senhor dos seus habitantes. A missa era o título de propriedade.

Graças a essa missa e na lógica dessa missa, o Brasil tornou-se em 500 anos a maior nação católica no mundo. De cada 7 católicos um é brasileiro. De que catolicismo? Maioritariamente aquele que já está inscrito na primeira missa. O político e o religioso permanecem inextricavelmente implicados um no outro. Várias vezes, católicos ou não católicos trataram de separar o religioso do político e não conseguiram. A Igreja volta sempre a buscar apoio do Estado e o Estado apoio na Igreja. Este é um primeiro desafio dos 500 anos.

O que foi que aconteceu depois desta primeira missa? Como foram as outras missas que vieram depois, durante 500 anos? De alguma maneira as missas seguintes foram a repetição da primeira missa. A missa serviu para confirmar, consolidar e manifestar a unidade entre o poder espiritual e o poder temporal. Dirigentes políticos e dirigentes eclesiásticos permaneceram quase sempre numa aliança em que cada poder fortalecia o outro, sem que houvesse discordância ou separação entre eles. Houve conflitos, houve inclusive uma separação jurídica com a proclamação da República. Porém a realidade era mais forte. O Estado não podia separar-se da Igreja e a Igreja não podia separar-se do poder do Estado.

Por isso a missa quase sempre foi uma repetição da primeira missa. Quase sempre a lembrança do martírio de Jesus ficou ocultada pelo poder atual da sua Igreja. A missa era a celebração do poder de Deus, de Cristo, da Igreja, e, last but not least, do padre. Ao lado do padre no lugar de honra estava sempre o proprietário (ou a mulher do proprietário), e o chefe político que era o seu representante. Hoje em dia nas missas importantes sempre estão os mesmos: missa de posse do governador, do prefeito, missa de bênção do banco, da fábrica, da loja, etc. Sem a missa esses atos fundadores de autoridade não teriam legitimidade. Sempre a famosa primeira missa, aquela que confere legitimidade ao poder.

O que foi que fizeram os novos donos da terra em 500 anos com a bênção da missa? Historiadores, antropólogos, sociólogos contaram e continuam contando a história. Numa palavra, os donos do país construíram uma sociedade, uma civilização e uma cultura que constituem o barroco brasileiro e teve as suas expressões máximas nas cidades

de Olinda e Recife, Salvador, Rio de Janeiro e nas cidades antigas de Minas Gerais e de Goiás que são agora patrimônio da humanidade.

Esta civilização barroca é toda religiosa. Ela é a expressão do típico catolicismo pós-tridentino, uma criação tipicamente brasileira porque o temporal e o espiritual estão totalmente implicados. A Igreja fornece a cultura à sociedade e esta fornece os meios materiais à Igreja. As Igrejas barrocas e os conventos da época mostram até que ponto o catolicismo impregnou a totalidade da vida social. Ora, esse catolicismo era a expressão de uma sociedade aristocrática em que os recursos se gastavam em despesas de luxo, ostentação e suntuosidade.

O protestantismo norte-americano impediu que houvesse tal civilização nos futuros Estados Unidos. Ali não existem monumentos dignos de serem o patrimônio da humanidade. Os recursos foram gastos em desenvolvimento da produção e da tecnologia. O clero não era a classe privilegiada encarregada de reger a cultura toda, nem concentrava nas suas mãos as maiores riquezas.

2. O SENTIDO DA HISTÓRIA

Tem sentido contar ou lembrar a história desses 500 anos? Qual é o significado da história? Por que se faz história? Para que ressuscitar o passado em forma de narração?

Até uma época recente os historiadores seguiam os cânones da historiografia moderna. O fim da história era a nação. No passado tudo o que contribuiu para a formação da nação era positivo, notado, valorizado. O resto era esquecido. Por exemplo as resistências dos índios, as revoltas dos escravos, os movimentos camponeses eram tidos por negativos, regressivos, como obstáculos à

O barroco criou uma cultura brilhante, de espetáculo e de exteriorização, de sentimento e de emoção, de festas e suntuosidade. O padre Marcelo Rossi é uma renovação do barroco tradicional num contexto tecnológico modernizado. O seu sucesso vem justamente da sua afinidade com as raízes culturais do catolicismo brasileiro.

Os 500 anos de catolicismo foram 500 anos de festas, e parece que estamos voltando para isso depois de alguns anos de catolicismo austero de profecia e luta social.

Por que evocar esses 500 anos? Alguns acham que é para alegrar-se e felicitar-se pelos resultados alcançados em 500 anos. Outros acham que é para lamentar os resultados não alcançados. Não é nem para alegrar-se, nem para entristecer-se. O passado é o passado e é preciso reconhecê-lo e aceitá-lo tal qual, pois ele ainda está aí. O passado está no meio de nós e em nós. É bom saber o que há em nós e no meio de nós. Pois esse passado constitui um desafio. Como a partir deste passado caminhar para o reino de Deus?

formação da nação. O pressuposto era que a história caminha para a formação da nação. Vale no passado o que constrói o futuro e o futuro era a nação. O resto não tinha nem sentido, nem valor. A finalidade da história era educar o sentimento nacional e desse modo preparar os cidadãos para dedicar à nação todas as suas energias.

Hoje em dia, o ponto de vista dos historiadores mudou. Agora eles querem fazer obra de justiça. A história tem por objetivo restabelecer a verdade. Parte-se da suspeita de que há na história nacional mentiras, omissões, manipulação

dos fatos, sacralização de certos simbolos ou certas pessoas ilustres.

Em primeiro lugar trata-se de destonar falsos heróis, de denunciar políticas erradas ou injustas, de mostrar o lado negativo de tudo aquilo que foi exaltado na historiografia nacional oficial. Em segundo lugar, a história pretende redescobrir o que foi encoberto, reabilitar os que foram injustamente eliminados da história. Destronar os ídolos, exaltar os esquecidos. Tal é o propósito atual e para a Igreja esta mudança tem muita importância.

Pois, a história oficial da Igreja seguia os mesmos princípios da história geral. Mostrava-se a colaboração da Igreja na formação da nação brasileira. Mostrava-se como a Igreja esteve sempre presente em todas as etapas decisivas para a formação da futura nação. Mostrava-se assim a Igreja como elemento fundamental no surgimento do Brasil como nação. Desta maneira a história da Igreja consistia em justificar toda a política de aliança da cristandade entre os poderes religiosos e os poderes temporais. Também aqui, os novos historiadores suspei-

ção não é objetiva, mas tende a justificar tudo o que a Igreja fez ou não fez nos 500 anos.

A história nova mostra as lutas dos índios para defenderem as suas terras e a sua cultura, as revoltas dos escravos negros ou dos camponeses roubados por grandes proprietários, mostra as revoluções que procuraram livrar o Brasil da sua estrutura latifundiária e clientelista. Numa palavra a nova história escreve a história desde o ponto de vista dos vencidos. Na Igreja sempre tinha prevalecido o ponto de vista dos vencedores porque a Igreja também era vencedora e se apoiava nos vencedores. A Igreja também precisa rever toda a sua história no Brasil.

Celebrar os 500 anos é hora oportuna para rever a história, e inverter a interpretação dada aos acontecimentos. Entre vencedores e vencidos a Igreja não ficou imparcial. Esqueceu-se dos vencidos e da sua condição de vencidos, e alegrou-se com os vencedores. A Igreja celebrou os dias 21 de abril, 7 de setembro, 15 de novembro (menos, naturalmente), mas poucas vezes celebrou a morte de Zumbi, ou a memória de Canudos.

3. PEDIR PERDÃO.

Neste últimos anos o Papa reconheceu e pediu perdão muitas vezes por pecados cometidos por católicos. O pedido de perdão que teve mais ressonância foi naturalmente o reconhecimento do erro cometido pela condenação de Galileu.

O Papa fez-se cada vez mais insistente e deu ênfase ao tema de penitência pelos pecados cometidos na história da Igreja sobretudo na carta apostólica Tertio Millennio Adveniente destinada a preparar os católicos para a celebração do jubileu do ano 2000 (nº 33-36).

“Assim, quando o segundo milênio já se encaminha para o seu termo, é justo

que a Igreja assuma com maior consciência o peso do pecado dos seus filhos, recordando todas aquelas circunstâncias em que, no arco da história, eles se afastaram do espírito de Cristo...” (nº 33 a).

No concreto, a confissão dos pecados refere-se geralmente a pecados antigos e denunciados durante séculos sem que o magistério da Igreja jamais os tivesse reconhecido. Quanto aos pecados mais recentes, permanece o silêncio.

“Será bom que a Igreja entre por essa passagem com uma consciência clara daquilo que viveu ao longo dos últimos dez séculos. Ela não pode transpor o li-

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

miar o novo milênio sem impelir os seus filhos a purificarem-se pelo arrependimento, de erros, infidelidades, incoerências, atrasos. Reconhecer as quedas de ontem é ato de lealdade e coragem que ajuda a reforçar a nossa fé, tornando-nos mais atentos e prontos para enfrentar as tentações e as dificuldades de hoje” (n° 33 c).

Na prática as quedas que se reconhecem são antes as de anteontem, o que não reforça tanto a nossa fé. Mas está claro que essa atitude do Papa inicia uma nova maneira de a Igreja se julgar.

O Papa refere-se a algumas categorias de pecado. Escreve, por exemplo, “Outro capítulo, sobre os quais os filhos da Igreja não podem deixar de tornar com espírito aberto ao arrependimento, é a condescendência manifestada, especialmente em alguns séculos, perante métodos de intolerância ou até mesmo de violência no serviço à verdade” (n° 35 a).

Não deixa de surpreender a maneira suave como essas coisas são evocadas. Houve as guerras de religião, as Cruzadas contra os muçulmanos e contra os hereges, as conversões forçadas de povos inteiros, a conquista sangrenta da América, a escravização de milhões de negros africanos, a repressão dos movimentos de libertação dos negros, dos índios e dos povos colonizados, a repressão dos movimentos operários e camponeses. Tudo isso seria “condescendência perante métodos de intolerância e até mesmo de violência”. Este “até mesmo de violência”, como se a violência tivesse sido um caso extremo e excepcional, parece escandaloso. Parece que subsiste apesar da boa vontade, uma resistência inconsciente para reconhecer o que realmente aconteceu.

Todos sabem essas coisas, e a teimosia da Igreja em não reconhecer a evidência, é o que mais afasta os nossos

contemporâneos. Por que negar a evidência? Por que suavizar os fatos de tal modo que parecem irreconhecíveis?

Por outro lado, os documentos do magistério atribuem sempre os pecados aos “filhos da Igreja”, não à própria Igreja. Os filhos são pecadores, mas a Igreja é pura, impecável. Entre esses “filhos” pecadores estão incluídos os Papas e os bispos? Não se diz. No entanto no linguajar eclesiástico muitas vezes faz-se a distinção entre a Igreja e os membros da Igreja, sendo que a Igreja é representada pela hierarquia. A distinção Igreja-filhos poderia ser equivalente à distinção hierarquia-leigos. Os textos nunca dizem claramente se os pecados foram cometidos também pela hierarquia ou por membros da hierarquia.

Além disso, ao atribuir os pecados aos “filhos” da Igreja, o documento sugere que se trataria de pecados pessoais cometidos pelos leigos a título pessoal sob a sua responsabilidade pessoal. Ora, os pecados aos quais se alude tão suavemente, não foram atos individuais. Foram atos coletivos de povos inteiros por ordem da hierarquia católica inteira ou pelo menos do Papa. Cruzadas, guerras de religião, conquistas, escravização, repressão de movimentos sociais não foram atos individuais de algumas pessoas filhas da Igreja. Foram atos realizados por ordem e sob a direção dos Papas e dos bispos. Nessas circunstâncias os Papas e os bispos não agiam a título pessoal, mas em nome da sua missão de pastores da Igreja. Comprometiam a sua autoridade apostólica. Com essas condições como negar que se trata de pecados da Igreja?

Se nessas circunstâncias solenes os Papas não representavam a Igreja, pode-se perguntar quando é que os Papas representam, e, por conseguinte, comprometem a Igreja. Por que não reconhecer que a Igreja cometeu pecados coletivos,

em que cristãos individuais pecaram, porém sob a ordens da Igreja? Os filhos pecaram dentro do pecado da mãe.

A conquista da América não foi pecado de portugueses ou do rei de Portugal somente, foi pecado da Igreja que falsa e injustamente atribuiu uma parte do mundo ao rei de Portugal enquanto Grão-Mestre da Ordem de Cristo, isto é, em nome de Cristo. Da mesma maneira a Inquisição foi pecado da Igreja porque agiu por ordem do Papa e dentro das regras definidas pelo Papa. E assim por diante.

No Brasil também, a Igreja pecou porque cometeu injustiças dirigidas e legitimadas pela hierarquia no exercício do seu poder apostólico. Não foram católicos desobedientes à Igreja que cometeram violências, mas católicos agindo sob a orientação da hierarquia, por ordem dela ou com a legitimação dela.

O extermínio de Canudos foi autorizado pela condenação do arcebispo de Salvador que condenou sem sequer procurar saber o que realmente acontecia. Sem a condenação do arcebispo, o governo não teria reagido dessa maneira.

4. A VIOLÊNCIA

A violência está na origem de todas as nações. A história está cheia de violências. Por isso, outrora a história não era nada mais do que a narração das guerras entrecortadas por breves pausas de paz. A paz servia para que as partes pudessem de novo reconstituir a sua força de guerra e a guerra recomeçava.

Hoje em dia, podemos ter a impressão de que os tempos de paz são mais longos do que os tempos de guerra. Isto é verdade em alguns continentes. Pois, hoje em dia, a força econômica pode ser tal que obriga os povos a submeterem-se à vontade do mais forte sem necessi-

O golpe militar de 1964 que instalou o regime militar e o manteve durante 21 anos com todas as conseqüências conhecidas, foi aclamado pela Conferência episcopal, pelo clero e pela massa dos católicos fiéis à hierarquia. Foi inclusive solicitado pela Igreja. Invocam a desculpa que não sabiam o que iria acontecer depois do golpe. Se não sabiam, teria sido mais prudente ficar em silêncio e não aclamar sem saber o que ia acontecer. Muitos cidadãos morreram, foram presos, exilados, maltratados porque o golpe tirava sua legitimidade da aprovação da Igreja. Se a hierarquia toma atitudes políticas, deve saber ou prever as conseqüências. O contrário é pecado de imprudência.

Por isso também no Brasil a Igreja pode e deve pedir perdão porque os pecados cometidos não foram atos individuais, não foram atos de desobediência e sim de obediência à Igreja. Pecado foi também a concepção espiritual que exalta de tal modo a obediência que cria a convicção de que quem obedece nunca se engana.

dade de guerra. A guerra econômica pode substituir a guerra física. Nem sempre porque no mundo atual há sempre pelo menos umas dez guerras em atividade.

O Brasil está em paz porque ocupa tranqüilamente o seu lugar dentro da constelação das nações. Não pretende libertar-se. Fica satisfeito com o seu estado de dependência. Crê inclusive que é uma grande honra a dependência dos Estados Unidos e das grandes entidades financeiras do mundo. Com essas condições não há guerra possível. Os dominadores não precisam usar a força: conseguem o que querem e mais ainda sem

nenhuma dificuldade; os seus súditos oferecem-lhes espontaneamente mais do que eles pedem. Daí seria uma ilusão pensar que o tempo das guerras e da violência acabou. Não há mais violência quando todos os vencidos aceitam a sua derrota. Ou melhor dito, a violência está institucionalizada e já não é mais sentida como violência.

Da mesma maneira pode haver paz aparente dentro das nações. Assim sucede no Brasil. Esta paz está fundada na resignação dos vencidos que se sentem tão fracos que nem podem imaginar uma mudança. E de fato, no Brasil, não há insurreição armada, não há movimentos sociais que ameçam seriamente a "ordem" (a desordem?) estabelecida. Esta tranqüilidade não é a paz. Merece muito melhor o nome de violência institucionalizada. Os vencedores conseguem impor aos vencidos condições infra-humanas porque os vencidos perderam toda força. Doravante, a violência não precisa manifestar-se exteriormente porque está inscrita nas instituições (as empresas, a organização econômica e financeira, a organização política, o controle da cultura, etc.). A violência institucionalizada torna inútil a violência armada, inútil e impossível. No entanto, ela constitui um equilíbrio instável e pode irromper em violência física.

Além da violência, na formação das nações interferiram também outros fatores. Houve, por exemplo, no tempo dos reis, as políticas de casamento. Um soberano de um país casa com uma soberana de outro país e assim se forma uma nova entidade. Uma vez desaparecidos os reis, a formação de unidades nacionais torna-se impossível por meio de casamentos. Hoje em dia nenhuma nação nasce dessa maneira.

Por pouco Portugal escapou da integração no reino de Espanha. Se tivesse

sido absorvido por Espanha, o Brasil teria sido dividido em repúblicas independentes na hora da independência, como aconteceu com o império espanhol da América. As revoluções locais teriam tido êxito. O Brasil permaneceu unido graças a vinda de João VI e a fundação do Império que manteve a unidade pela força, reprimindo implacavelmente todas as tentativas de separatismo. A violência do Império manteve a unidade da nação brasileira.

Na origem de todas as nações sempre houve muita violência. Sempre houve na base uma conquista por uma força militarmente superior. Os conquistadores nem sempre eram culturalmente superiores. Os gregos eram muito superiores aos romanos quando foram conquistados e integrados no poder de Roma. Mas eram militarmente inferiores. Foram conquistados politicamente mas culturalmente conquistaram Roma. No entanto não é a cultura que faz uma nação e sim a violência.

O Brasil nasceu de uma conquista. Nisto não se diferencia das outras nações. A história da humanidade é feita de conquistas. Sempre houve desigualdades entre os grupos humanos e os grupos mais fortes impuseram a sua vontade aos mais fracos.

O próprio Israel nasceu da conquista da terra de Canaã por tribos nômades do deserto. Basta ler os livros de Josué ou dos Juizes para ver toda a violência da conquista. Pode ser que a redação dos livros tenha exagerado muito os fatos de violência. Mas o próprio fato de exagerar a violência mostra até que ponto ela era considerada como essencial à vida de uma nação.

A vinda de Jesus não muda milagrosamente as condições da história. Os povos que aceitaram o cristianismo não se comportaram de maneira diferente.

Imitaram os outros, contentando-se com revestir as conquistas com motivações cristãs. As nações cristãs, ou que se proclamaram tais, não agiram de modo diferente. Portugal nasceu de uma guerra de séculos contra os árabes. Da mesma maneira, Espanha é o produto de uma guerra de séculos que somente termina em 1492 pela tomada de Granada. Itália nasceu como nação pela conquista dos Estados pontifícios pelo exército do Piemonte.

Por isso não é estranho que a história da humanidade seja em grande parte a história das guerras, das conquistas, das dominações. Já o exprimia a doutrina bíblica apocalíptica, por exemplo no livro de Daniel, cap. 7.

Se esta é a realidade da história humana, o que podemos e devemos fazer? Buscar a paz, diz Jesus. Buscar a paz foi o desafio dos verdadeiros cristãos desde o início. Superar a violência ativa ou institucional foi a tarefa de todas as gerações. Depois de 500 anos ainda não existe a paz. O problema ainda é: como construir a paz?

Cada país tem o seu passado de violência e tem as suas estruturas de violência, resultado da sua história. A violência no Brasil é própria deste país. É diferente da violência em outros países. Quais são as estruturas de violência neste país? Como lutar contra elas? Os 500 anos não são nem ponto de partida, nem ponto de chegada. É apenas uma oportunidade para olhar para o passado no seu conjunto de identificar melhor o desafio.

Desde o ponto de vista cristão os 500 anos foram anos de luta pela paz, luta efetuada por minorias conscientes, com êxito muito limitado. Os resultados conseguidos determinam as tarefas para o futuro, pois mostram o caminho que ainda há de ser percorrido. Consegui-

mos alguma coisa. A partir de agora, se conseguirmos conhecer melhor o que nos resta para fazer.

Os dominadores proclamam a paz. Afirmam que conseguiram a paz. É a famosa paz romana "pax romana" do Império romano. Essa paz estava fundada no silêncio dos vencidos. Estes já não tinham mais nem a capacidade de proclamar os seus direitos e de protestar. Hoje em dia também os dirigentes vangloriam-se porque mantiveram a paz. Porém, esta paz repousa no silêncio das vítimas. A voz delas não é mais ouvida. Por isso aparentemente reina a paz.

Na América latina os primeiros religiosos tiveram um sonho que procuraram realizar: o sonho de criar na América um continente cristão, pacífico, totalmente diferente da cristandade europeia mergulhada na violência, manchada de sangue. Achavam que os índios eram isentos de todos os pecados dos europeus e poderiam ser o povo cristianizado, vivendo o evangelho.

Assim sonhavam os primeiros franciscanos. Foi o sonho de Bartolomé de Las Casas. O sonho foi reassumido pelos jesuítas que conseguiram formar reduções no Paraguai e em outros lugares do continente. O sonho fracassou e devia fracassar porque os religiosos não estavam sós. Com eles ou depois deles vieram os conquistadores que desfizeram todo o seu trabalho e destruíram as primeiras realizações de povo cristão no meio dos indígenas.

Este sonho era como a extensão do antigo sonho monástico: formar uma cidade de paz isolada do mundo de pecado. Nos seus mosteiros e conventos os religiosos procuravam viver numa vida de paz, como uma sociedade realmente cristã. Nas reduções do Paraguai a vida era quase conventual. A paz que reinava era a paz dos mosteiros. Infelizmente os

ra, numa homogeneidade que permita a mobilidade social e o intercâmbio entre todos os cidadãos. Ainda não existe uma verdadeira cidadania e o surgimento recente de movimentos para a cidadania demonstra essa realidade. Uma boa parte do Brasil está excluída da real participação na vida nacional.

Qual será a responsabilidade da Igreja neste atraso da formação da nação? Devemos confessar que a responsabilidade da Igreja foi grande. Até o final do Império a Igreja era de longe a instituição mais importante, mais poderosa, mais organizada, mais rica do Brasil. Tinha praticamente o monopólio da cultura até a Independência e um quase monopólio até a República pelo menos nos 95% da população que constituíam a parte rural do país. Com seus bispados, suas paróquias, suas Ordens religiosas a Igreja era a primeira potência econômica e política da Colônia e ainda durante o Império conservou a maior parte dos seus privilégios apesar da política restritiva de dom Pedro II.

Ora toda esta imensa força serviu para consolidar a monarquia, manter uma economia tradicional agrícola, uma sociedade baseada na escravatura, e praticar uma censura total das idéias "modernas". A Igreja era o cimento que mantinha unido o corpo social nas suas estruturas arcaicas.

Houve uma importante participação de sacerdotes nas três revoluções de 1817, 1824 e 1846 no Recife e no Nordeste. Se estas revoluções tivessem prevalecido, o destino do Brasil teria sido muito diferente. Mas elas foram esmagadas pela monarquia e pelo Império com o apoio do grosso da Igreja. Um número importante de sacerdotes foram vítimas da luta pela cidadania, não somente frei Caneca. No entanto a hierarquia e a

imensa maioria do clero sustentava o sistema estabelecido.

A Igreja não preparou a República, pelo contrário opôs-se a ela. Não lutou pela abolição. Não lutou pelos trabalhadores da indústria e do campo até 1958, salvo exceções que não foram aprovadas pela hierarquia. A hierarquia sabia que qualquer mudança na sociedade prejudicaria a posição social da Igreja e lhe diminuiria os privilégios. Por isso praticou a omissão.

Por que a Igreja transformou-se assim na fortaleza do conservadorismo social e político? Porque tinha tantas instituições tão fortes que todas as suas energias tendiam a manter essas instituições. A Igreja estimulava os leigos a colocarem as suas forças a serviço das instituições eclesiais e não a serviço das tarefas temporais. A Igreja não estimulava o trabalho no mundo pela promoção humana em todos os seus aspectos. Precisava para si própria de todas as energias disponíveis. Por estas razões a Igreja teve uma responsabilidade muito grande no atraso do desenvolvimento nacional.

Na realidade, para a Igreja o desenvolvimento nacional não tinha valor. Somente tinha valor a vida religiosa; os atos religiosos gratuitos eram os únicos valorizados. Nem se pode justificar esse atraso pelas circunstâncias do tempo. Pois, na mesma época outros povos se desenvolviam humanamente em todos os aspectos da vida individual e social. Aconteceu que a Igreja católica veio ao Brasil dentro de uma estrutura de cristandade que a mantinha prisioneira. Era uma herança tremendamente pesada. Depois de 500 anos de sobrevivência da mesma estrutura o peso da herança aumentou mais ainda.

O positivo é a existência do cristianismo no Brasil com todas as limitações

C O N V E R S I Õ E S

históricas. 500 anos de história fizeram o que podemos ver hoje em dia.

Um segundo aspecto que queríamos salientar na herança dos 500 anos é o tridentinismo. A Igreja que veio e se instalou no Brasil foi e ainda é a Igreja reformada pelo Concílio de Trento com todo o positivo e o negativo. Os cristãos que chegaram ao Brasil antes do Concílio de Trento deixaram poucas marcas. Os jesuítas, que foram os mais importantes, já eram tridentinos antes de Trento, já que, em grande parte, o Concílio foi obra deles. Pois eles deram ao Concílio a orientação decisiva. Mais ainda: os jesuítas deram ao Concílio de Trento a interpretação estreita que historicamente prevaleceu. O catolicismo no Brasil foi tridentino e ainda hoje a marca do tridentinismo é a sua característica dominante.

Os esforços feitos para aplicar o Concílio Vaticano II deram a demonstração de como é difícil emancipar-se das estruturas tridentinas.

O Concílio de Trento foi o Concílio da defesa da Igreja contra as negações protestantes. Defendeu como fonte da revelação as tradições eclesiásticas que de certo modo colocam o magistério acima da Bíblia; defendeu os sacramentos, fundamento visível do poder exclusivo do clero e defendeu a necessidade das obras, o que justifica a rede de instituições eclesiásticas. Trento procurou purificar a Igreja de superstições exageradas, mas sem tocar no conjunto da religiosidade medieval baseada nos Santos e nos milagres.

A partir de Trento, os sacramentos aparecem sobretudo como expressões de um poder sagrado, o que contribuiu a aumentar ainda a distância entre o clero e o povo. Como dizia Belarmino, a Igreja foi vista como uma sociedade hierarquicamente organizada segundo o modelo das nações e dos Estados nascentes daquela época.

Desta maneira, Trento foi uma exaltação da instituição eclesiástica visível. Supostamente essa instituição está a serviço de Cristo. No entanto, estava claro que a Igreja se colocava ela mesma no centro da fé dos fiéis, mais importante do que Cristo na medida em que ela e somente ela dispõe de Cristo e o distribui de acordo com regras fixadas por ela.

Em tal contexto toda a religião e a fé consistem na obediência. Esta é a virtude que inclui todas as outras. Quem obedece, nunca se engana. O caminho da salvação é a obediência à hierarquia da Igreja. Somente o clero tem iniciativa. O que se espera dos leigos, é a obediência, como ainda dizia Pio X em pleno século XX.

A fé era a obediência da mente. A recepção dos sacramentos era a submissão às regras canônicas que a determinam detalhadamente. As boas obras eram a integração nas instituições fundadas e mantidas pelo clero.

Esse foi o catolicismo que entrou no Brasil: por um lado a obediência total, por outro lado as devoções medievais enriquecidas pouco a pouco por novas elaborações. Esta foi a herança, e esta herança pesa. O positivo foi o estabelecimento firme do catolicismo, o que se pôde manter até a separação da Igreja e do Estado. Durante 4 séculos evitou-se a contaminação protestante. No entanto neste século XX romperam-se as barreiras e o protestantismo entrou com muita força sobre tudo na forma pentecostal. Finalmente o muro levantado por Trento ruuiu. Hoje em dia, os católicos estão expostos à pregação protestante. As defesas de Trento perderam a sua eficácia. Mas aí está a Igreja, forte como instituição, a mais aceita e positivamente reconhecida pela imensa maioria da população.

O negativo é que a Igreja é mais forte do que a vida segundo o evangelho. In-

sistiu-se muito na obediência a todos os preceitos da Igreja, menos na realização da vida de acordo com o evangelho. Ai estão as conseqüências e o desafio que depois de 1950 uma minoria procurou enfrentar. Esta minoria, apoiada no Vaticano II, em Medellín e Puebla e em 24 anos de continuidade da CNBB na mesma linha, intentou substituir o catolicismo tridentino por uma vida cristã mais inspirada no evangelho do que no direito canônico. Conseguiu parcialmente, muito parcialmente, porque a estrutura tridentina ainda é a mais forte, a que predomina e anima a vida das paróquias e da maioria das instituições eclesíásticas.

Os 500 anos foram 500 anos de tridentinismo ainda não superado na vida diária da Igreja católica, ainda que nos últimos 50 anos minorias renovadas tenham procurado buscar novos caminhos. Na mente da massa da população brasileira a Igreja católica ainda é aquela que foi definida em Trento. Essa massa escandaliza-se quando minorias tomam novos rumos. Acham que estão traindo a verdadeira Igreja, aquela que sempre conheceram. A imensa maioria da população, os 80% dos católicos que quase nunca vão à igreja, ainda não tomaram conhecimento do Vaticano II. Conhecem uma Igreja, aquela de sempre, aquela que che-

gou ao Brasil desde o início da colonização e permaneceu a mesma até hoje.

Os 500 anos implantaram a Igreja católica no Brasil a tal ponto que ela se identifica de alguma maneira com a nacionalidade. Porém, as estruturas implantadas (estruturas mentais ou sociais) constituem uma massa quase inamovível. Como mudar o que o povo considera como sendo o catolicismo? Realmente os 500 anos são um desafio. Como superar esses 500 anos? Como caminhar sem ficar preso nesse passado? Diz-se que as civilizações antigas e os povos antigos não podiam progredir porque eram prisioneiros dos antepassados. Nós não somos prisioneiros dos antepassados, mas das estruturas deixadas pelos antepassados.

A Igreja tem uma mensagem de liberdade, mas permanece escrava do seu passado. Como fará para se libertar de si própria? Objeto de meditação para o quinto centenário. Nesta tentativa de libertação os religiosos podem desempenhar um papel importante. Eles foram os grandes conservadores do tridentinismo, dando-lhe fundamentos espirituais. Agora eles têm que assumir a tarefa de criar e difundir outra espiritualidade, aquela que convém a uma Igreja que vive no meio do mundo e pretende evangelizar esse mundo.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Qual é a nossa atitude diante de erros do passado? Sabemos fazer deles ponto de partida para mudanças pessoais e históricas?
2. Temos consciência da realidade sócio-econômica e cultural do Brasil hoje e das causas estruturais e conjunturais dessa situação?
3. Qual deve ser nossa participação nos esforços que são feitos hoje para a construção de um Brasil com mais vida e dignidade para todos?

 JOSÉ COMBLIN
Teólogo.

Endereço do autor:
Rua Rosinaldo Santana, 900
CEP: 58308-650 – Bayeux, PB

Quando uma Comunidade Acredita no Poder do Amor...

LÚCIA WEILLER

Gostaria de convidar cada leitora ou leitor a completar esse título com alguma experiência de sua vida pessoal e comunitária: Quando uma comunidade acredita no poder do amor... O que acontece?

Assim criamos um chão comum para conversar e refletir sobre uma realidade que é a base de nossa Vida Consagrada. Nenhum outro poder a não ser o poder do amor é capaz de gerar vida e novas relações de solidariedade e misericórdia, como sinal profético no mundo. A crise da Instituição Religiosa nos coloca hoje diante do desafio e de uma atitude radical de discernimento: acreditar no poder recriador e refundador do amor, ou voltar a pautar a vida em normas, estruturas e leis.

No final do primeiro século, as comunidades cristãs estavam diante desse mesmo desafio. Uma comunidade, que se tornou conhecida como a comunidade do Discípulo Amado, acreditou que só é possível resistir e vencer pelo poder do amor. A fonte desse amor está no próprio Deus da Vida que por ser amor nos ama e permanece em nós:

"Nós reconhecemos o amor de Deus por nós e nele acreditamos.

Deus é amor: quem permanece no amor permanece em Deus e Deus permanece nele!" (1Jo 4,16).

Nossa breve reflexão sobre o tema que intitulamos: "Quando uma comunidade acredita no poder do amor..." tem como primeira intenção apresentar algumas pistas hermenêuticas para uma releitura trinitária, a partir do mandamento do amor mútuo, nos escritos joaninos. Certamente esse tema encontrará eco em nosso coração no ano em que celebramos a Trindade dentro da programação do Jubileu, rumo ao Novo Milênio.

A Bíblia torna-se Palavra de Deus, eloqüente para nós hoje, na medida em que a situamos dentro de nosso contexto histórico. Do ponto de vista hermenêutico, é indispensável levar em consideração a tensão e a continuidade existente entre os dois momentos históricos: aquele em que foi escrito o texto e o nosso contexto atual. Só assim a Palavra de Deus adquire aquela força transformadora e geradora de vida permanente em nossas comunidades.

A experiência da comunidade joanina, relida dentro do contexto latino-americano a partir do Deus Relacional, que é

Amor e Misericórdia, Trindade na Unidade, pode trazer alguma luz para que nossas comunidades religiosas redescu-

bram sua força testemunhal e o sinal profético a que são chamadas, mesmo em tempos de crise de identidade.

UMA COMUNIDADE QUE SE ENCONTRA EM CRISE DE IDENTIDADE...

A comunidade joanina, na sua última fase de consolidação e escrita do evangelho, no final do 1º século, constatou que lhe faltava uma espiritualidade mais encarnada. O mandamento do amor era vivido apenas numa dimensão vertical: amor de Deus e a Deus. A dimensão horizontal do compromisso social do amor com os irmãos era negligenciada.

A conseqüência disso transpareceu num individualismo crescente e na desagregação interna da comunidade. O conflito central não se referia tanto aos de fora, mas era muito mais intracomunitário. Uma comunidade sem vigor interno, perde a força e a vitalidade necessárias para uma irradiação missionário-profética.

Nesse momento agudo, que ameaçava a perda de identidade da comunidade, era hora de resgatar a memória da experiência nascente do amor de Jesus, que gerou a vida da comunidade.

No coração do evangelho, mais precisamente no centro dos Discursos de Despedida, encontramos o testamento

que Jesus legou à sua comunidade dos discípulos e das discípulas amadas:

*“Como o Pai me amou
também eu vos amei;
permaneci no meu amor” (Jo 15,9).*

Encontramos aí uma interação trinitária expressa nas três dimensões: teológica (v. 9a); cristológica (v. 9b); e pneumatológica (v. 9c).

A Páscoa é a chave de releitura e o lugar privilegiado da manifestação histórica e definitiva do amor trinitário de Deus¹. Tocamos aqui o momento inaugural da Nova Aliança.

A força dinamizadora do amor é gerada na dialética do novo e, ao mesmo tempo, antigo mandamento do amor mútuo (cf. 1Jo 1,7-11; 2Jo 4-6 com Jo 13,34). Esse mandamento que existiu desde o princípio, tornou-se qualitativamente novo através da prática histórica de Jesus, sobretudo na sua Páscoa, e é constantemente atualizado pela anamnese do Espírito/Paráclito, em todos os tempos e em todas as culturas.

“Como o Pai me amou...” (Jo 15,9a):

Fonte e dinâmica trinitária do mandamento do amor mútuo em João

Para João, o mandamento do amor mútuo está ontologicamente enraizado na fonte do próprio amor de Deus (cf. Jo 15,9.12.17). Por isso “Deus é amor” (1Jo 4,8.16). Esta fonte é manancial que não se fecha sobre si mesma. Manifes-

ta-se como uma *agape* relacional, dinâmica em duplo movimento:

- de abertura e saída de si para ir ao encontro do outro;
- de interioridade e retorno enriquecido para si mesma.

1. Páscoa, no sentido joanino é a passagem de Jesus ao Pai. Traz em si uma releitura qualitativamente nova do Êxodo. Sem nunca falar da Aliança, João situa a Páscoa de Jesus na dinâmica da Nova Aliança refletida em termos de amor mútuo.

Embora João, como aliás toda a Bíblia, não tenha formulado uma doutrina da Trindade, a dimensão trinitária está presente, com muita evidência, nos seus escritos, como realidade viva e dinâmica.

Podemos dizer mais, que é impossível entender a dinâmica interna do mandamento do amor mútuo sem recorrer à sua inspiração trinitária; assim também não é possível entender a prática ética deste mandamento, fora da situação concreta da comunidade joanina.

Uma releitura do mandamento do amor mútuo, no horizonte de nosso momento histórico concreto, exige, do ponto de vista hermenêutico, a consideração de um terceiro elemento que é, justamente, a situação concreta cristã-eclesial que vivemos no "aqui e agora" da América Latina.

Ora, é no contexto eclesial atual de busca de partilha, de solidariedade, de organização do povo em comunidades, de comunhão e de respeito à alteridade da pessoa humana, imagem de Deus, que a Trindade ganha especial relevância.

UMA PAISAGEM CRISTOLÓGICA NUM HORIZONTE TRINITÁRIO

Estamos por demais acostumados a ler e interpretar o evangelho de João a partir de sua convergência cristocêntrica, porém, o Cristo joanino não pode ser entendido, a não ser em sua relação com o Pai: "Eu e o Pai somos um" (Jo 10,30). "Quem me vê, vê o Pai" (Jo 14,9).

Da mesma forma a cristologia joanina está intimamente ligada com a pneumatologia (Jo 14,24s.).

Uma leitura atenta dos escritos joaninos, a partir de sua estrutura profunda, mostra que, para a comunidade jo-

Em contraposição, a opressão, o poder despótico, a falta de partilha e a concentração de bens nas mãos de uma minoria, o desrespeito à alteridade e a reprodução do sistema em detrimento à dignidade da pessoa humana, mostram uma falsa imagem de Deus. Enfatizam ainda mais a necessidade de uma teologia trinitária no atual momento histórico, em especial, da América Latina e dos povos empobrecidos, marginalizados e excluídos:

"Uma sociedade de onde os pobres e os carentes de todo tipo são excluídos e marginalizados, não carrega em si a semente do Reino pregado por Jesus e não têm possibilidade tampouco de realizar, nem palidamente, a imagem social do Deus Trino. Da mesma forma, uma sociedade na qual as mulheres permanecem em estado de sujeição e não tem condições mínimas de ocupar o seu lugar de companheiras, ombro a ombro com o homem, na luta pela justiça e na tentativa de viver a fraternidade, passa ao largo do mistério trinitário de Deus"².

nina, não existe, nem cristologia, nem pneumatologia sem uma referência ao Pai. Este enviou o Filho e o Espírito por amor ao mundo, para dar vida e não para condenar (cf. Jo 3,16 e Jo 14,16.26).

A palavra-chave que define e articula esta realidade trinitária original em Deus é *agape*. Falar sobre *agape* e comunidades agápicas significa falar a partir da experiência do mistério da comunhão na alteridade, cujo modelo fonte encontramos na comunidade do Deus Trindade. Diante deste mistério, no dizer de Bruno Forte, "Palavra e Si-

2. Cf. BINGEMER, Maria Clara. *A Trindade a partir da perspectiva da mulher*, em: *O Segredo feminino do Mistério: ensaios de Teologia na ótica da mulher*, Vozes, Petrópolis, 1991, p. 135.

lência se alternam"³. Toda palavra sobre o mistério da Trindade provoca novas palavras e todo silêncio, novos silên-

cios, densos de contemplação, que impulsionam a ir além, rumo às inesgotáveis profundezas do Deus Vivo.

A VOLTA À CONTEMPLAÇÃO DO MISTÉRIO MANIFESTADO EM JESUS CRISTO: UMA NECESSIDADE HOJE

Nosso contexto sócio-religioso exige uma volta à contemplação do Mistério. Não um mistério abstrato, mas o Mistério manifestado historicamente como sinal máximo do amor. O "hoje da fé" cristã deve apoiar sua inspiração e sua prática no Deus Vivo e Verdadeiro e não em ídolos ou falsas imagens de Deus. Ora o Deus revelado em Jesus Cristo é o Deus Trindade: Deus-Amor enquanto comunhão na alteridade.

Assim evitamos um Cristomonismo, um Pneumatomonismo ou mesmo um Patermonismo que, muitas vezes, marcou a hermenêutica do evangelho de João, com reflexos fortíssimos na vivência cristã-eclesial até hoje.

A experiência do Mistério comporta uma irreduzível dialética de ocultamento e revelação: nas suas obras e nos seus sinais, Deus se manifesta, mas não se deixa aprisionar; ele está "lá", mas está

sempre "além"; é maior que a mediação do evento ou da Palavra com que se comunica. No processo de introduzir a comunidade no Mistério Maior, o Jesus joanino elucida quase todos os sinais mediante um discurso de aprofundamento (cf. Jo 6: discurso do Pão da Vida, após o sinal da multiplicação dos pães). Com base nesta mesma dialética, Jesus declara: "O Pai é maior do que eu" (Jo 14,28).

O conhecimento do Mistério dá-se, unicamente, por participação. Quanto mais conhecemos o Mistério, maior ele se torna e mais ele nos fascina.

Nossa vida cristã e mais especificamente nossa Vida Consagrada está enraizada na própria vida do Deus Amor, enquanto participação do Mistério Pascal. Na Páscoa encontramos o lugar privilegiado da manifestação do amor trinitário de Deus.

A PÁSCOA COMO CHAVE DE LEITURA E LUGAR PRIVILEGIADO DA MANIFESTAÇÃO DO AMOR TRINITÁRIO

Para João, a Páscoa do Jesus é, antes de tudo, a sua subida, sua passagem ao Pai (cf. Jo 13,1; 20,17). Esta volta ao Pai é parte integrante da missão completa de Jesus. É condição para o envio do Espírito Paráclito (cf. Jo 16,7). A Páscoa de Jesus na visão joanina não coincide com a Páscoa judaica, mas a antecipa e relê em profundidade (cf. Jo 13,1). O Mistério Pascal é a participação do amor trinitário de Deus manifestado ao mundo.

Parece estranho e paradoxal qualificar de amor o gesto radical e até certo ponto cruel, de um Pai que entrega seu próprio Filho único à morte (cf. Jo 3,16). Mais estranho ainda é ouvir da própria boca deste Filho uma declaração carregada de afeto e de consciência da sua missão de entrega: "O Pai me ama" (cf. Jo 3,35; 5,20; 10,17). E, no fim de sua vida e missão, o Filho assume esta forma de amor do Pai como constitutiva e para-

3. Cf. FORTE, Bruno. *A Trindade como história*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1988, p. 21.

dignática para seu amor aos discípulos e o amor dos discípulos entre si:

*"Como o Pai me amou,
também eu vos amei...
permaneci no meu amor" (Jo 15,9).*

O PARADOXO DA LÓGICA PASCAL

A lógica Pascal consiste no fato de o Pai entregar o próprio Filho único, por amor, ao mundo (cf. Jo 3,16); de o Filho, por sua vez, aceitar livremente este mandamento do Pai (cf. Jo 10,17-18), entregando a própria vida como sinal supremo de amor em comunhão com o Pai, que tudo lhe confiara (cf. Jo 13,1-3); e consiste na ação do Pneuma, o Espírito vivificador que, capaz de gerar vida do nada (cf. Gn 1,2), assume o Filho na morte e lhe restitui a Vida Plena.

Este é o grande paradoxo da lógica do amor de Deus:

*"Deus amou tanto o mundo que entregou o Filho unigênito para que todo aquele que crer nele, não pereça, mas possua a vida eterna."
(Jo 3,16; cf. tb. Rm 8,32).*

Nesta entrega que o Pai faz de seu Filho amado, por amor a nós, é que se revela a grandeza e a profundidade do amor gratuito de Deus: *"Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos Deus, mas Deus nos amou primeiro" (1Jo 4,10; cf. Rm 5,6-11).*

A entrega que o Pai faz do Filho não pode ser entendida como uma atitude

Esta afirmação, feita pelo Cristo pós-pascal, encontra seu fundamento na realidade histórica do amor que se torna sinal máximo no evento da Páscoa.

voluntarista ou um ato de heroísmo. É antes uma epifania do amor.

Somente na perspectiva trinitária de participação mútua e total solidariedade, pode ser entendido o sentido profundo da teologia da entrega, como nela apresenta o evangelho de João. O Mistério Pascal manifesta uma interação do Pai, Filho e Espírito Santo em profunda unidade, na alteridade. Neste sentido, numa maneira diferente, os três são sujeitos da morte-ressurreição. O Pai e o Filho recebem a glória, num movimento de dar e receber recíproco (cf. Jo 13,31ss). O Espírito, porém, permanece na kénose e no ocultamento, porque nele geme e grita a humanidade sofredora que continua esperando que se complete a Páscoa da libertação da história de todos os homens e mulheres.

Assim, a dialética da cruz-ressurreição permanece (embora unificada no amor, onde tem espaço tanto para a alegria quanto para a dor), um pólo de tensão entre o "já e o ainda não" da Vida Plena. Este é o núcleo central de nossa fé.

Aqui, no Mistério Pascal, com sua dialética ativa — passiva, encontramos a mística da refundação da Vida Religiosa.

A TEOLOGIA DA ENTREGA

A teologia da entrega sempre foi considerada parte constitutiva da Vida Religiosa. Hoje esse termo pode soar estranho aos nossos ouvidos. Entretanto é de suma importância reapropriar-nos de seu conteú-

do teológico mais profundo, tão importante para uma autêntica refundação da Vida Religiosa. Vamos fazê-lo a partir do itinerário hermenêutico trinitário, como o compreendeu a comunidade joanina.

a) A entrega do Pai

O Pai é Amor. Por isso é capaz de transcender o Filho, o outro, com o qual se identifica, não para amá-lo menos, mas justamente para amá-lo mais. Na participação mútua, própria de uma verdadeira relação de amor, o Pai entrega o Filho, confiando-lhe a missão de dar Vida (cf. Jo 3,16; 10,17-18 etc.).

Na entrega do Filho, o Pai sofredor, solidário, manifesta seu amor misericordioso para conosco como fonte da dádiva maior no tempo e na eternidade: A cruz manifesta que Deus, o Pai, é Amor (1Jo 4,8.16).

b) A entrega do Filho

O Filho acolhe com plena liberdade a vontade do Pai a seu respeito. Vive o mandamento do Pai entregando a sua própria vida num gesto supremo de amor e da mais absoluta solidariedade. Este evento muda a história: *"Ninguém tem maior*

amor" (Jo 15,13). Também nesta "hora" o Filho não está só, como ele próprio declara: *"Não estou só, o Pai está comigo"* (Jo 16,32). O Pai ama o Filho neste momento de total solidão e plena comunhão, na mais profunda liberdade e solidariedade de sua entrega (cf. Jo 10,17-18).

A entrega de Jesus é manifestação histórica do exílio do Filho em obediência à entrega do Pai. Sua volta ao Pai possibilita a entrega do Espírito (cf. Jo 14; 19,30).

c) A entrega do Espírito

No evento Pascal, o Espírito participa como intermediário entre o Pai e o Filho numa kénose total. Na hora da cruz, o Crucificado entrega o Espírito, que o Pai lhe havia dado "sem medida", e que lhe será dado em plenitude na Ressurreição. Sem a entrega do Espírito não apareceria a cruz com toda a sua radicalidade como evento trinitário e salvífico.

MISTÉRIO PASCAL: CHAVE PARA UMA COMPREENSÃO NOVA DA HISTÓRIA E DA CRIAÇÃO

Este evento salvífico por excelência revolucionou a história, tornando-a História da Salvação desde sua *arche* (princípio) até seu *telos* (fim). História do Filho, do Pai e do Espírito, a cruz é história trinitária de Deus: na cruz erguida manifestou-se o coração eterno da Trindade, do qual jorra sangue e água (cf. Jo 19,34). Símbolo da exuberância do amor de Deus que inunda toda a terra, como fonte permanente de vida. (cf. tb Rm 5,5: *"o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado"*).

O que aconteceu na Páscoa atinge, também, todo ser criado. À luz do Mis-

tério Pascal tudo pode ser compreendido de modo novo. Assim, para o Novo Testamento, o evento pascal é chave de leitura e interpretação do presente, passado e futuro. O Antigo Testamento, a antiga aliança, a lei e os mandamentos da antiga lei são relidos à luz de Jesus Cristo, a Palavra encarnada de Deus; e no Espírito, que torna novas todas as coisas, estas mesmas realidades tornam-se qualitativamente novas.

A memória pascal, que hoje celebramos, é muito mais trinitária do que cristológica; porém, a história de Jesus é a porta de entrada, a via de acesso ao mistério do amor e da vida da Trindade.

A HISTÓRIA DE JESUS COMO PORTA DE ENTRADA E ACESSO À VIDA TRINITÁRIA

Na profissão da fé das comunidades cristãs primitivas, a vida de Jesus está toda envolvida na sua relação com o Pai e o Espírito. Por isso o Evangelho de João fundamenta a missão de Jesus no Mistério da Trindade pelo testemunho do Batista:

"Eu vi o Espírito descer do céu em forma de uma pomba e permanecer sobre ele. Eu não o conhecia, mas quem me enviou a batizar em água me disse: 'Aquele em quem vires descer o Espírito e permanecer, esse é que batiza no Espírito Santo'. Eu vi e dou testemunho de que este é o Filho de Deus" (Jo 1,32-34).

No início da missão de Jesus mostra-se a interação trinitária. De fato, a história de Jesus, como é narrada por João, não pode ser compreendida sem a relação profunda, em tudo o que vive e faz, com o Deus Vivo e Verdadeiro, que ele chama de "meu Pai" e sem o agir do Espírito. O Cristo joanino é simultaneamente o exaltado, o encarnado e o preexistente. A partir desta apresentação da história de Jesus, o momento presente é tornado *kairós*, fazendo convergir tanto a escatologia quanto a protologia.

João não tem interesse em narrar a história da vida de Jesus em detalhes. Faz uma descrição da globalidade de sua vida a partir da vertente de sua relação com o Pai. Ele é o Filho enviado que se identifica com a missão assumida, conjuntamente com o Pai, de dar vida ao mundo:

"Aquele que me enviou está comigo. Não me deixou sozinho pois faço sempre o que é de seu agrado" (Jo 8,32).

O texto sublinha o "sempre", isto é, Jesus não faz a vontade do Pai em alguns momentos de sua vida, mas sua vida na globalidade é a vontade do Pai realizando-se na História.

A vida — missão — de Jesus é descrita como "obra", simultaneamente, do Pai e do Filho (cf. Jo 17,4; 4,34 etc.).

O mandamento, que Jesus recebeu do Pai, tem este mesmo caráter complexo de entrega total da vida e não de fazer momentos de entrega.

Jesus entra na história humana como Palavra encarnada de Deus, que manifesta a Verdade e dá Vida ao mundo. Ele é o Filho e o Enviado do Pai. O Deus presente em Jesus Cristo é o Pai Criador e o Espírito Vivificador (cf. Gn 1-2). A obra de Jesus é nova criação.

Mais do que ensinar a rezar ao Pai, através de fórmulas, como o "Pai nosso" (cf. Lc e Mt), o Cristo joanino vive uma relação profunda de amor com o Pai e faz da sua vida um diálogo permanente no encontro de duas liberdades: o Pai que ama e o Filho que se deixa amar.

Esta relação originária de Jesus com o Pai é uma relação de confiança, de intimidade e abandono. Jesus a expressa no vocativo *Abba* — termo aramaico tirado da linguagem familiar —, que a constitui como relação absolutamente única e exclusiva com Deus.

Manifesta de modo irrepetível a história de Jesus, na história humana, como história do Filho eterno que se desenrola inteiramente na força dinamizadora do Espírito.

A vida terrena do Filho de Deus torna-se assim porta de entrada do Deus trinitário no tempo, e, do tempo para a vida trinitária de Deus. A memória da vida de Jesus torna-se "evangelho trinitário": Boa Nova que dá acesso à nossa participação na vida trinitária. Jesus, como vimos, não pode ser entendido sem sua relação com o Pai, porque quem

o vê, vê o Pai; quem acredita nele e o ama é amado pelo Pai (cf. Jo 14,20; 16,7 etc.). Da mesma forma Jesus não é conhecido em seu mistério mais profundo e global sem a "memória" = anamnese do Espírito (cf. Jo 14,25s.).

Não será exatamente esta "memória trinitária" que é prometida pelo Cristo joanino através do dom do Paráclito (Jo 14,26) que o Pai e o Filho juntos enviam (cf. Jo 14,16-17)?

Evento histórico e memória (= anamnese pascal) estão intimamente ligados entre si. Somente sua unidade revela a realidade completa do mistério pascal.

A história de Jesus, para a comunidade joanina, é porta de entrada na vida do Deus Trindade enquanto torna participantes do seu Mistério todos aqueles que acreditam em Jesus como Filho de Deus.

ESPÍRITO SANTO: MEMÓRIA (ANAMNESE) DO MISTÉRIO PASCAL

A história de Jesus só é compreendida dentro do mistério de um Deus-Amor: Trindade na Unidade. Ora, esta história só se torna completa como realidade operativa, sempre presente e atuante na história humana, pela anamnese do Espírito Santo.

Como o Filho, também o Espírito é "Enviado do Pai": a missão o qualifica. Encontramos, pois, em João, uma relação de intimidade entre o Pai e o Espírito análoga àquela existente entre o Pai e o Filho. Existe, também, uma analogia na missão salvífica, vivificadora, do Filho, do Espírito e do Pai junto à humanidade.

O Espírito não é apenas o "Enviado do Pai". É, também, o "Enviado do Filho". O Pai enviará o Espírito em nome do Filho (cf. Jo 14,16.26). Isto significa estreita unidade entre o Pai e o Filho, na missão do Espírito. Há analogia, mas não igual-

A manifestação mais eloquente que o Jesus histórico faz do Mistério da vida trinitária é o AMOR. Toda sua vida e a razão mais profunda de sua morte compreendia-se dentro desse horizonte maior de revelar o Amor de Deus: "O mundo deve saber que amo o Pai e faço como o Pai me ordenou" (Jo 14,31).

O amor trinitário revela-se através de uma cadeia de relações que têm sua origem e fonte no Pai: "Como o Pai me amou e também eu vos amei, permaneça no meu amor" (Jo 15,9).

Somente a partir desta experiência viva, relacional, do amor, brota o mandamento do amor mútuo. Ele não se dá por decreto. A capacidade de experimentar o dom do amor e de assumir o compromisso de viver o mandamento do amor, na prática, vem do Espírito.

dade na relação do Pai com Jesus e com o Espírito.

Para a comunidade joanina a ação principal do Espírito Paráclito é fazer a memória da vida, da história de Jesus. Anamnese significa tornar presente o que está ausente.

A lembrança de Jesus, operada no Espírito, não é uma nostálgica volta ao passado histórico. É o próprio conteúdo da existência cristã na medida em que é fruto da presença do Espírito e da Palavra de Deus.

O Paráclito torna presente a plenitude de Jesus como verdade, vida e amor (Jo 16,3). A comunidade tem consciência de participar da vida em plenitude, sem que esta seja já posse definitiva. O tempo não é obstáculo para que a obra de Jesus seja plena.

Não existe dicotomia entre a vida presente e a futura, entre a vida material e a vida eterna, segundo a compreensão joanina. Existe sim um processo de aprofundamento gradativo.

Aqui encontramos uma chave hermenêutica fecunda para nossos dias em que a vida é manipulada e sacrificada escandalosamente. Não seria esta uma forma moderna de idolatria? E que apelo ético vem à nossa "Vida Consagrada", a partir do grito de tantas pessoas excluídas do direito à vida e aos bens necessários à vida digna?

Para a comunidade joanina estava muito clara a relação entre o amor de Deus e o amor partilhado com as irmãs e os irmãos. O amor de Deus e a Deus, que aliás nunca aparece como ordem, no evangelho de João, torna-se uma

condição para a vivência do amor mútuo e este se torna, por sua vez, um critério de avaliação da autenticidade e da veracidade do amor a Deus:

"Nisto conhecemos o Amor:

ele deu a sua vida por nós.

E nós também devemos dar a nossa vida pelos irmãos.

Se alguém, possuindo os bens desse mundo,

vê o seu irmão (a sua irmã) em necessidade e lhe fecha o coração,

como permanecerá nele o amor de Deus" (1Jo 3,16-17)?

O Espírito não tem, simplesmente, a função de refrescar a memória psicológica ou afetiva. Para compreender o significado profundo desta ação do Espírito, recorremos ao sentido bíblico da "recordação" contida no termo técnico "anamnese".

A OBRA DO ESPÍRITO COMO MEMÓRIA TRINITÁRIA, NA ÓTICA DA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

No horizonte global da história da salvação, a anamnese do Espírito é memória trinitária. Mediante o Espírito os tempos históricos, passado, presente e futuro se fundem num único horizonte escatológico de Esperança e Vida em Plenitude.

A pessoa de Jesus é manifestação do Pai, e sem Jesus não é possível conhecer o Pai (cf. Jo 8,19). Assim, também, a ação do Espírito é necessária para ver e conhecer a Pessoa e a Obra de Jesus, bem como seu Mistério de união com o Pai.

A missão do Paráclito não depende somente do Pai, mas também de Jesus. A missão ativa conferida ao Espírito passa pelo nome e pela oração de Jesus (cf. Jo 14,16.26). Esta *communis spiratio*, como movimento eterno, que do Pai alcança o Filho e pelo Filho alcança o Espírito, numa dinâmica de dar e receber,

indica a abertura do amor trinitário e a sua total oblatividade.

Na história da Salvação, Deus sempre sai de si e permanece em constante êxodo mediante o Espírito: nas origens da criação (Gn 1,2; 2,7); nos primórdios da redenção (Lc 1,35; cf. Mt 1,20); e na plena consumação da história salvífica do amor trinitário, no mistério pascal (Jo 19,30).

O Espírito rompe o círculo da relação Pai-Filho. Mostra a plena gratuidade do amor divino: o amor verdadeiro não é nunca fechamento ou ciumenta possessividade, mas abertura, dom e dádiva, saída do círculo dos dois. O Espírito rompe a suficiência possível do face-a-face das duas primeiras pessoas.

A obra do Espírito, relida no horizonte da História da Salvação, apresenta-se como duplo movimento: abrir e unifi-

car. Abrir o mundo de Deus ao mundo das criaturas até tornar possível a entrada do Filho no exílio do pecado, onde

"a Palavra se fez carne" (Jo 1,14). Unificar o dividido até tornar possível a reconciliação total na Páscoa.

O ESPÍRITO DA VERDADE DÁ ACESSO À LIBERDADE E UNIFICA NO AMOR

Apesar de nunca ser chamado de "amor", termo referido de preferência ao Pai (cf. Jo 3,16; 1Jo 3,1; 4,8.16), no NT, o Espírito é aquele que dá acesso à liberdade e unifica no amor (Jo 14,17; 15,26; 16,13 cf. tb. Rm 5,5).

Enquanto abertura radical e gratuita do amor divino, livre e libertador, o Espírito se oferece como aquele que subverte a história, que inquieta, estorva, desacomoda, provoca indagação e suscita futuro. A função do Espírito é exilar da falsa segurança para lançar a pessoa e a história no caminho de um futuro novo, inimaginável:

*"O que os olhos não viram,
os ouvidos não ouviram*

Resumindo nossas considerações podemos perceber uma relação complexiva de comunhão na alteridade entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

O Pai, na origem da missão, enviou e envia o Filho; enviará o Espírito mediante a oração e o nome de Jesus.

O Filho, enviado pelo Pai, está unido a Ele no momento de enviar o Espírito.

O Espírito é enviado pelo Pai através da mediação de Jesus e permanece como memória viva na comunidade dos que acreditaram em Jesus, o Filho enviado do Pai.

Todas estas proposições joaninas deixaram entrever a comunhão profunda e inexplorável dos três autores da nossa vida eterna. Revelam a dinâmica interna que constitui o seu ser no amor, e os une, enquanto os distingue na obra única e múltipla da nossa salvação e vida eterna.

A história de Jesus, relida pela anamnese do Espírito, a partir do evento Pascal, leva a comunidade joanina a professar: "Deus é Amor!" (1Jo 4,8.16). Nessa profissão de fé a comunidade, por assim dizer, recolhe e sintetiza todas as manifestações históricas concretas do amor misericordioso, paterno e materno de Deus.

O Quarto Evangelho associa-se, assim, à rica linguagem da tradição judaico-cristã que veicula a absoluta liberdade, a autonomia e a total gratuidade do amor de Deus: "Ele nos amou primeiro" (cf. 1Jo 4,10). Assim nos capacita para amar, na força do Espírito que permanece conosco.

*e o coração humano não percebeu,
isso Deus preparou para aqueles que
o amam" (1Co 2,9, cf. tb. Is 64,3).*

Para entrar na esfera do Pneuma, do Espírito, segundo João, é preciso um novo nascimento (cf. Jo 3,1-21: diálogo de Jesus com Nicodemos).

Ao Espírito pode ser dado o nome "futuro de Deus", do eterno futuro iminente na história do amor trinitário. Por isso, João apresenta a missão de Jesus como uma realidade já consumada, enquanto que a missão do Espírito é colocada em termos de futuro: O Pai dará, enviará o Espírito juntamente com Jesus; depois de sua volta ao Pai, Ele permanecerá (cf. Jo 14,16ss; 16,7.13 etc.).

C O N V E R T E M O S

**“ACREDITAMOS NO AMOR”:
DEUS-TRINDADE COMO VERDADEIRO CONTEÚDO DA FÉ**

A comunidade joanina insiste em duas vertentes da fé: a pessoal-antropológica e a comunitária-social. Não basta o encontro pessoal com Jesus Cristo e a conseqüente fé como adesão individual. Ela deve tornar-se também testemunho público, comunitário, ainda que esse testemunho tenha como conseqüência perseguições e o martírio (cf. Jo 15,20-21).

Não se pode crer sem viver a prática da *agape*. A dinâmica do amor, na lógica divina, é movimento descendente e essencialmente relacional e comunitário:

Pai
Jesus
comunidade dos “seus”.

O Espírito Santo/Paráclito, enviado pelo Pai em nome de Jesus é que garante a dinâmica da prática da *agape* comunitária ligada à sua única fonte: Deus-Amor, Trindade na Unidade.

A afirmação da IJo 4,16a: “Acreditamos no Amor” significa mais do que a acolhida de um atributo de Deus. “Amor” é o próprio nome e a essência de Deus-Trindade. A novidade da fé cristã está, justamente, na proclamação do amor trinitário de Deus. Nisto supera a compreensão monoteísta do AT.

O desafio prático é que nos tornemos semelhantes a Jesus, como Ele é semelhante ao Pai. Nossa vida cotidiana deve ser uma configuração prática com a vida de Jesus. A prática do amor mútuo será então um critério de reconhecimento dos verdadeiros discípulos e das discípulas seguidoras de Jesus:

“Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros.

*Como eu vos amei,
amai-vos uns aos outros.
Nisto reconhecerão todos que sois
meus discípulos,
se tiverdes amor uns pelos outros”
(Jo 13,34-35).*

E o evangelho de João termina com a bela mensagem trinitária de entrega da nova aliança, confiada a uma mulher, a quem ele mesmo chama pelo nome, Maria:

*“Não me retenhas, pois ainda não
subi ao Pai. Vai porém a meus irmãos
e dize-lhes:
subo a meu Pai e vosso Pai; a meu
Deus e vosso Deus” (Jo 20,17).*

Jesus entrega o seu Pai e chama de irmãs e irmãos os que nele acreditaram e o seguiram até o fim, tornando-se seus discípulos e suas discípulas amadas. A nova comunidade gerada no amor ao pé da cruz, recebe o dom da paz, a nova missão e o Espírito Santo, como sopro de vida do próprio Jesus:

Os discípulos ficaram cheios de alegria por verem o Senhor. Ele lhes disse de novo:

*“A paz esteja convosco! Como o Pai me
enviou, também eu vos envio”.*

Dizendo isso soprou sobre eles e lhes disse:

*“Recebei o Espírito Santo!”
(cf. Jo 20,20-22).*

A obra de Jesus estará consumada na medida em que se prolongar nas comunidades de irmãs e irmãos geradas no amor, na paz e na reconciliação.

Uma comunidade humana que acredita no poder do amor e vive num relacionamento de amor mútuo exclui toda forma de opressão, para entrar num processo permanente de libertação. Torna-se reflexo e transparência da comunidade divina. Manifesta o amor trinitário na sua forma de viver e de se organizar, para que o mundo creia que é possível viver relações novas de amor e de justiça que geram a verdadeira libertação. Inaugura-se, assim, uma nova ordem social, "um novo céu e uma nova terra" (cf. Is 65,17; 66, 22; Ap 21,1).

Dáí o caráter testemunhal e sacramental do mandamento do amor mútuo, relido na perspectiva trinitária do Deus Vivo, fonte manancial da *agape*. Uma síntese muito expressiva desta realidade sacramental do amor mútuo, na perspectiva trinitária, encontramos em IJo 4,12-14:

*"Ninguém jamais viu a Deus.
Se nos amarmos uns aos outros
Deus permanecerá em nós
e seu amor é levado à perfeição.
Nisto reconhecemos que permanecemos nele
e ele em nós:
ele nos deu o seu Espírito.
E nós contemplamos e
testemunhamos
que o Pai enviou o seu Filho
como salvador do mundo."*

No seguimento de Jesus, como participantes do discipulado mútuo recebemos a missão de continuar a obra de Jesus (cf. Jo 20,21). Prolongamos assim, através do amor mútuo, a manifestação de Deus, na história, no espaço e no tempo.

Como em Mt 25,31-46, Jesus se identifica com os irmãos necessitados, também em João o amor mútuo é a presença de Jesus (cf. Jo, 13,35; IJo 3,17; 4,12).

Existe uma interação profunda entre a visão de Deus, da pessoa e da história. O Deus-Amor manifestado em Jesus como aquele que vive a unidade na alteridade da Trindade do Pai — Filho — Espírito Santo, desfaz toda e qualquer forma de idolatria. Ensina-nos que é possível viver um relacionamento de comunhão na alteridade, aceitando as diferenças sem hierarquia. Isto implica na prática das novas relações de gênero e poder. A emergência desse tema continua sendo um desafio polêmico, porém incontornável no atual momento da Vida Religiosa, sobretudo na dimensão da Espiritualidade e no processo formativo.

Ainda que os textos bíblicos não explicitem o rosto feminino de Deus, podemos encontrar várias aproximações na imagem trinitária de Deus, para uma releitura nesta perspectiva feminista, como aliás já temos vários ensaios⁴.

Teilhard de Chardin autor da teoria evolucionista da criação, levanta um clamor ético convocando toda humanidade para a mística da preservação ecológica e relacional criativa: "Amem-se ou perecerão!".

Aplicando esse clamor ético a nós, voltamos a tomar consciência da necessidade urgente de uma revisão mais profunda das estruturas que visibilizam o projeto histórico Institucional da Vida Consagrada. Além dessa revisão estrutural a reflexão feita até aqui nos impele a um olhar novo sobre nossos relacio-

4. Por exemplo, GEBARA, Ivone, Trindade, *Palavra sobre coisas velhas e novas: uma perspectiva ecofeminista*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1994.

namentos. A proposta é que sejamos de fato uma comunidade que acredita no poder transformador do amor.

Para concluir lembramos o sonho ou a profecia sobre a Vida Consagrada na sua relação com a Trindade, apresentada pelo documento *Vita Consecrata*:

“A Vida Consagrada é um dos rastros concretos que a Trindade deixa na his-

tória, para que as pessoas possam sentir o encanto e a saudade da beleza divina!” (VC 20).⁵

Oxalá a reflexão sobre a Trindade, neste ano 2000, nos motive a continuar no processo de refundação da Vida Religiosa, na certeza de que a comunidade que acredita no amor e o vive na prática da misericórdia e da justiça, jamais perecerá!

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Que imagem de Deus me foi ensinada? Como experimento Deus Trindade hoje?
2. Até que ponto a busca de criar novas relações de gênero e poder encontra sua inspiração nas relações trinitárias de Deus?
3. As imagens femininas de Deus são pouco explícitas nos textos bíblicos. Como podemos resgatar o rosto feminino de Deus a partir de uma releitura trinitária do mandamento do amor mútuo?
4. Quais os desafios e as confirmações que esta reflexão traz para o atual momento de refundação da Vida Religiosa?

 LÚCIA WEILLER:
Teóloga e biblista.

Endereço do autor:
Caixa Postal: 546
CEP: 900001-970, Porto Alegre, RS

Uma comunidade humana que acredita no poder do amor e vive num relacionamento de amor mútuo exclui toda forma de opressão, para entrar em um processo permanente de libertação.

Torna-se reflexo e transparência da comunidade divina.

Manifesta o amor trinitário na sua forma de viver e de se organizar, para que o mundo creia que é possível viver relações novas de amor e de justiça que geram a verdadeira libertação.

Inaugura-se, assim, uma nova ordem social,

“um novo céu e uma nova terra”

5. O texto desse artigo é um extrato adaptado da minha tese de Doutorado intitulada: “*Fonte e Dinâmica do mandamento do amor mútuo: uma releitura trinitária a partir da exegese e hermenêutica de Jo 15,9*”, apresentada na PUC/RJ, em 29 de junho de 1992.

Libertação, Cultura e Atividades Apostólicas na Igreja Latino-americana

FREI TITO FIGUEIRÔA DE MEDEIROS, O. CARM.

INTRODUÇÃO

Podemos distinguir no Continente Americano quatro *Américas*, socialmente muito diferentes, o conjunto delas contendo uma riqueza e variedade culturais das maiores do Planeta, apesar de toda a agressão e destruição que lhes foram feitas desde os inícios da conquista europeia: a *América do Norte*, de fala inglesa e francesa, a *América Latina e o Caribe*, de fala predominantemente espanhola e portuguesa, mas onde se fala também francês, holandês e inglês "crioulos", ao lado destas línguas oficiais, impostas pelos conquistadores; a *Ameríndia*, que perpassa territorialmente as outras "Américas", na qual se fala mais de 600 línguas; e a *América Negra ou Afro-descendente*, também se interpondo em todo o Continente, na qual se identificam segmentos étnicos que guardam a fidelidade e a memória de suas línguas maternas da região africana de origem, sobretudo nos rituais religiosos e em diversos territórios remanescentes de quilombos.

Este trabalho quer apresentar e discutir, sem se ater a casos particulares, de que modo as questões culturais entram de cheio na problemática da pobreza do Continente, tratada esta a partir das opções pastorais inspiradas pela

Teologia da Libertação. Sob este enfoque, veremos algumas questões referentes às relações entre a *pobreza* — realidade prevalecente na maioria das populações da América Latina e Caribe e das Américas indígena e afro-descendente — e a *cultura*.

Insistimos na tese de que a relação entre a pobreza e a cultura em nosso Continente, olhada com o olhar evangélico e eclesial, está e provavelmente sempre será prenhe de tensões benéficas, surgidas no embate entre *alteridades* e *especificidades*, presentes e atuantes nas características de nossos povos, e nas interações existentes entre os diferentes grupos humanos de que se compõem.

A Igreja, nos mais de quinhentos anos de evangelização das Américas, enfrenta o desafio histórico de compensar o mal que, consciente ou inconscientemente causou com uma evangelização homogeneizadora e etnocêntrica, quase sempre sem o menor sentido do *outro enquanto outro*. Pode agora partir para fortificar e executar as intuições e propostas de tantos documentos seus, que conclamam para uma evangelização realmente libertadora e que revele o Senhor Jesus dentro dos quadros re-

ferenciais das culturas do Ser Humano Americano

Neste trabalho, dirijo um olhar próximo à contemporaneidade do nosso Continente, completando-o aqui e ali com um olhar mais distanciado, que remonta ao passado recente da vida da Igreja e das sociedades latino-americanas e caribenhas.

Emprego o termo *pobreza*, no sentido que o senso comum e, de modo geral, as Encíclicas Sociais, desde a "Rerum Novarum" lhe conferem: carência material das condições necessárias para a sobrevivência, em termos de alimentação, moradia, vestuário, acesso aos serviços de saúde, de educação e do lazer. Por *cultura* eu entendo aqui, primeira-

mente, o conjunto das redes de significados com as quais o ser humano interage simbolicamente consigo próprio e com a realidade circundante. Por meio delas, os indivíduos e as coletividades produzem e atribuem sentido, valor, utilidade, tanto às coisas materiais, acontecimentos e emoções do dia a dia, quanto às mais distantes de sua experiência imediata. Conseqüentemente a isto, trabalharei também com o termo *cultura* enquanto "produção cultural", ou seja, todo o jogo de criações artísticas e utilitárias, interpretações, reinterpretções de experiências e utilizações de materiais efetuados pelos humanos, com a finalidade de *dar sentido constante* à sua existência.

1. MARCO SITUACIONAL DA IGREJA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

Dirigirei um olhar próximo, à contemporaneidade (presente) do nosso Continente, completando-o constantemente com um olhar mais distanciado, que remonta ao passado recente da vida da Igreja e das sociedades latino-americanas e caribenhas.

Optei por situar minhas descrições e análises das novas atividades apostólicas na Igreja latino-americana a partir da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, cujas conclusões, mais conhecidas como o "Documento de Puebla", foram editadas em nossos países já no início de 1979.

O motivo mais geral desta opção é que várias das opções teológicas e pastorais que já se esboçavam e começavam a ensaiar os primeiros passos quando da Conferência de Medellín, em 1968, no final dos anos 70 já tinham se firmado na prática teológica e pastoral de muitos de nossos países — embora em níveis de aceitação e de envolvimento diversos.

Embora sem possuir — podemos dizer — a mesma unidade teológico-pastoral, metodológica e mesmo, ideológica do Documento de Medellín, o de Puebla constituiu-se num incentivo enorme ao engajamento sociopolítico de muitos cristãos, a partir de sua fé. Uma das grandes qualidades do Documento, é que ele foi preparado e redigido sobretudo pelos bispos participantes da III Conferência. É sabido que houve restrições impostas à presença e contribuição de teólogos, pastoralistas e técnicos nas discussões e na limitação das intervenções destes na própria Assembléia — na qual prevaleceu a atividade da redação do Documento nas comissões, coordenadas por uma comissão central e da aprovação das conclusões em sessões plenárias. Esta circunstância particular de sua produção exprime "sua força e sua fraqueza", escreveu Libânio. E continua: "Força, porque os engaja (os bispos) naquilo que eles mesmos quiseram dizer.... Já não podem defender-se com

a escusa de terem tragado um texto redigido por outros.¹

Um outro ponto fundamental é a “percepção sócio-analítica que os bispos manifestam de que dez anos depois de Medellín, onde eles denunciaram com veemência uma situação de injustiça, de violência institucionalizada, de extrema penúria e de sofrimento das grandes massas do Continente, a situação ainda piorou mais², acrescida dos regimes de força, violadores dos direitos humanos, implantados em muitos de nossos países.

A Evangelização, que constitui o acento principal de todo o Documento e de todas as orientações pastorais, ganha amplitude não existente em documentos anteriores, no Continente. Além disso, ela vem relacionada com a promoção humana. A temática da “libertação integral pervade todo o Documento”, assinala Libânio.³

No tempo da Conferência de Medellín as comunidades eclesiais de base apenas começavam a nascer, em muitos lugares. Já em Puebla, os Bispos podem comemorar “como importante fato eclesial particularmente nosso e como ‘esperança da Igreja’ (EN 58) a multiplicação de pequenas comunidades”⁴.

Em Puebla, os bispos retomam e fazem sua a **opção preferencial e solidária pelos pobres**, ao mesmo tempo que vinculam a esta a **opção preferencial pelos jovens**.

É importante, igualmente, salientar os silêncios do texto de Puebla, com respeito às novidades eclesiais e civis que despontavam na América Latina no final dos anos 70. Libânio cita, entre ou-

tros: a **realidade do martírio**, contemporâneo à Conferência, sobretudo nos regimes militares; o surgimento de uma teologia **latino-americana**, com características próprias; os movimentos ligados a **uma Igreja que se autodenomina popular**”; e os inícios da irrupção de **movimentos populares**, que marcavam a ascensão do povo como sujeito histórico, em alguns de nossos países. Estes fenômenos são “esquecidos”, passam “despercebidos” ou citados com certa desconfiança.⁵

Justamente, o que havia de mais novo em termos dos movimentos para a superação estrutural da pobreza e sobretudo da miséria no Continente, inspirados pela Teologia da Libertação, não mereceram considerações claras! O que é indicador das distâncias entre a percepção e a denúncia da realidade injusta e o não olhar com simpatia — o que não envolve adesão explícita — os esforços tendentes a combatê-la. Principalmente quando estes esforços não provêm de entidades e/ou personagens da Igreja, mas da sociedade civil.

Apesar destas negatividades, no entanto, o evento *Puebla* valeu como um incentivo grande à prática pastoral e engajamento sociopolítico de um componente importante da Igreja em nossos países, e como um acontecimento eclesial de peso; de modo que D. Hélder se referia muitas vezes ao Documento classificando-o de “muito bom”.

Podemos concluir esta primeira seção do nosso estudo afirmando que Puebla, seguindo os passos das propostas de Medellín, vale muito mais pelo seu peso simbólico do que pelo seu con-

1. CNBB. A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina. São Paulo, Ed. Loyola, 1979, p. 63.

2. Ibidem, p. 69.

3. Ibidem, p. 70.

4. Ibidem, p. 70.

5. Ibidem, pp. 72-78.

teúdo escrito. Neste sentido, a Conferência e seu Documento abriram caminhos e direções para toda a vivência eclesial posterior, no Continente. Além disso, situando-se mais ou menos na metade da duração dos regimes ditatoriais militares nas Américas Central e do Sul e sendo contemporâneo da consolidação das CEBs, da Teologia da Libertação e do surgimento do movimento popular em diversos países, o Documento tornou-se um marco referencial e de apoio às lutas e compromissos dos cristãos, católicos e outros.

2. GLOBALIZAÇÃO, POBREZA E ENFOQUES CULTURAIS

2.1. Situação política e econômica nos anos 80.

Tomo como ponto de partida a situação sociopolítica e econômica a partir dos anos 80, logo após a realização da Conferência de Puebla e publicação do seu Documento.

Esta década é marcada por uma grande recessão mundial, causada sobretudo pela subida dos preços do petróleo, decidida em conjunto pelos países membros da OPEP, e da alta dos juros internacionais nos EUA, fazendo subir a taxas elevadíssimas as dívidas externas dos países em desenvolvimento. Acontece, também, a ascensão do neoliberalismo, na política e na economia, através dos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, rapidamente seguidos pelas decadências das economias européias "de bem-estar social", e dos regimes sociais-democratas que as implementaram. Já na segunda metade da década, ocorre a implosão do bloco soviético e do socialismo real, ao passo que, nos países latino-americanos e caribenhos, assiste-se ao fracasso progressivo dos regimes militares e o surgimento dos novos pactos sociais de direita e

Além disso, tornou-se inovador de novas experiências pastorais nos ambientes eclesiais e na sociedade em geral, apesar de ser considerado tímido e medroso por muitos grupos de vanguarda, no Continente. Pode-se dizer que, para estes grupos, compostos de bispos, padres, religiosos/as e leigos/as, a Teologia da Libertação, as opções prioritárias pelos pobres, pelos jovens e pelos construtores (do meio popular) da sociedade pluralista passaram a ser elementos determinantes dos engajamentos pastorais e da militância sociopolítica.

centro-direita, que costuram os processos de redemocratização, dentro de quadros econômicos neoliberais de matizes diversos.

No Brasil, é nos anos oitenta que acontece a irrupção dos segmentos populares como sujeito histórico, segundo o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira e outros analistas sociais. As greves na região da periferia de São Paulo conhecida como o "ABC paulista", onde se concentram grande parte do parque industrial do Estado, destacando-se a indústria automobilística e de autopeças, marca o início daquele processo. Deste amplo movimento de trabalhadores, encabeçados pelos metalúrgicos, com apoio da Igreja local, dos partidos de oposição ao regime militar, de intelectuais e outros segmentos da sociedade civil, surge uma das estratégias de luta mais eficazes para a derrubada da ditadura, ao mesmo tempo que se constitui o Partido dos Trabalhadores (PT).

2.2. Situação eclesial.

O entusiasmo despertado pelas opções preferenciais escolhidas pela Conferência de Puebla, já citadas acima, so-

fre uma diminuição, aqui e ali, em virtude das reações de alguns organismos da Cúria Romana, marcadas por uma posição mais restritiva em relação ao trabalho teológico, às experiências litúrgicas e pastorais, bem como, principalmente, contra posicionamentos sociopolíticos mais radicais, por parte do clero e dos religiosos e religiosas. Surgem nestes setores, como também entre teólogos e bispos de diversos países — também na América Latina — desconfianças veladas e abertas contra a Teologia da Libertação. Os chamados “Bispos profetas”, que tanta esperança inspiraram nos anos 70, começam a “sair de cena” seja por renúncia e morte deles, seja pelas modificações nos critérios para escolha de Bispos, seja por conta de pressões sofridas por alguns, no sentido de moderarem o discurso e a prática, tida como “avançada”. Estes fenômenos configuram o que Pe. Libânio denominou “*a volta à grande disciplina*”. Teólogos, teólogas, biblistas são acusados, denunciados à Roma. Alguns sofrem julgamento e são obrigados a um tempo de “silêncio obsequioso”.

Enquanto isso, nascem e/ou se fortalecem os movimentos espiritualistas e apostólicos internacionais, dotados de forte infraestrutura econômica e organizacional, e que recebem apoio explícito de membros influentes da hierarquia católica. Paralelamente, nota-se o crescimento extraordinário do Pentecostalismo e Neopentecostalismo evangélicos, e sua influência significativa no Catolicismo e nas Igrejas históricas da Reforma.

Para a Igreja, as lutas dos trabalhadores, acima descritas, bem como todo o progressivo levantar-se da sociedade civil, no Brasil e em outros países latino-americanos, exigindo a volta ao estado de

direito, ensemam o surgimento de uma nova Pastoral Operária mais dinâmica, a partir das CEBs e de agentes de pastoral do ABC, e a reorganização de outras pastorais que andavam em estado de “hibernação” por conta da repressão policial-militar, como foi o caso da Pastoral Universitária e Estudantil, da Pastoral Rural, incentivada pelos grupos remanescentes da JAC e ACR, da antiga ACI, que toma o nome de Movimento de Renovação Cristã (MRC). Além desses, surgem novos movimentos regionais e locais de classe média, ligados à Teologia da Libertação, como o “Movimento Fé e Política” e — destaque entre todos —, o “Centro Ecuemênico de Estudos Bíblicos” (CEBI), que logo adquire dimensões nacionais e latino-americanas.

2.3. Algo da situação cultural desta década.

A juventude rebelde e heróica do fim dos anos 60 e 70 perde muito de sua visibilidade sociocultural e seu poder de pressão — reconhecido em Medellín — característica daquele período. Não é que todos os jovens se tornaram alienados, acomodados. Mas, o segmento idealista da juventude se acautela em relação às aventuras das lutas políticas de oposição aos regimes ditatoriais, no Continente. Os jovens passam a orientar as reivindicações e as contestações abertas, sejam as políticas, sejam as familiares e de costumes, dentro dos limites da nova “legalidade” democrática e da tolerância maior da sociedade em geral em relação aos questionamentos e costumes dos anos 70. Toda a juventude, mais do que a população latino-americana como um todo, entra de cheio no *ethos* urbano. O urbanismo torna-se “um modo de vida”.⁶

6. A expressão é de Louis Wirth sociólogo norte-americano, considerado o “sociólogo urbano” por excelência, por sua teoria sociopsicológica do *urbanismo*. (Cf. VELHO, Otávio, nas Referências Bibliográficas).

Por outro lado, a “síndrome da década perdida” no Continente, causada pela grande recessão econômica na maioria de nossos países, fruto da alta taxa dos juros internacionais e do preço do petróleo, com a conseqüente subida das dívidas externas — acontecimentos já citados acima — é altamente apregoada na mídia, trazendo uma perda de auto-estima na sociedade em geral. Aprofunda-se o subdesenvolvimento e a dependência econômica e política. O FMI passa a gerenciar programas de “recuperação” nos países antes chamados de “em vias de desenvolvimento”. Tais programas são todos recessivos, ocasionando um rastro de mais desemprego, de quebradeira de indústrias nacionais, bancos e empresas comerciais, e remetendo boa parte das populações pobres para a economia informal.⁷

Neste contexto, começam a suceder retrocessos em movimentos populares, em sua maioria iniciados com muita garra na década anterior: associações de moradores, lutas de bairros por melhorias, etc. Tais movimentos, assistidos e incentivados por comunidades religiosas inseridas e grupos de CEBs, conhecem fases de desânimo, seja pela instrumentalização dos mesmos por líderes políticos locais, que fazem cooptações entre as lideranças populares através de ofertas pecuniárias e outras, seja por conta de decepções entre agentes de pastoral, que cultivavam a suposição de que os pobres eram naturalmente *bons* e os contatos com os burgueses é que os tornavam *maus* e, ao longo do trabalho nas comunidades, identificam atitudes e comportamentos semelhantes aos encontrados entre os *ricos*; ou seja, por conta de um certo imediatismo presen-

te nas expectativas dos pobres, que querem a resolução primeiramente de seus problemas logo, e só depois destes resolvidos, partir para atacar os problemas coletivos. A isto se acrescentem as pressões sobre a Teologia da Libertação dos anos 70, por parte da hierarquia e dos próprios destinatários dela, pelo fato da mesma não ter inserido os interesses com a subjetividade, o lúdico, a festa, a corporeidade, a espiritualidade e as devoções populares — muitas vezes tratadas como alienantes e alienadas entre suas preocupações teóricas e práticas.

Acrescente-se a isto a irrupção dos movimentos de espiritualidade de índole intimista, apelando para a conversão individual, a palavra *libertação* sendo utilizada pelos mesmos num contexto psicológico e individualista moralizante. Tais grupos se multiplicam também nas áreas já ocupadas pelas CEBs, ocasionando naturais disputas de territórios e clientelas, trazendo confusão na cabeça do povo e novos desalentos e perplexidades entre religiosos/as inseridos e agentes de pastoral. Como se isto não bastasse, o Neopentecostalismo protestante assenta, também nesta década, as bases para o grande crescimento e expansão por todo o Continente e até no Hemisfério Norte, constituindo esse fenômeno uma das características marcantes dos anos noventa.

Para o fim da década, muitas das comunidades religiosas inseridas — principalmente as que trabalham com saúde comunitária e medicina alternativa — enveredam pelo veio da *libertação* dentro de uma visão holística e macroecológica. Técnicas de relaxação, de meditação se associam às técnicas e conhecimentos da fitoterapia, argiloterapia,

7. Vamos falar mais adiante sobre as implicações deste setor na sobrevivência das populações excluídas do emprego formal e das próprias economias nacionais.

musicoterapia, cromoterapia e outras, deixando de lado a abordagem mais racionalista das teorias e práticas sociais, incorporando elementos subjetivos, corpóreos, afetivo-emocionais, a preocupação com o bem do indivíduo ocorrendo simultânea com o da comunidade. Pouco a pouco, figuras eminentes da Teologia da Libertação aderem a estas concepções e alargam os horizontes da *libertação* dos pobres dentro da perspectiva da *libertação de todo o cosmos*, o “grito dos pobres” associado ao “grito da Terra”. Esta tendência vai também adquirir maior visibilidade na década seguinte.

2.4. Continuidades e Descontinuidades socioculturais nos anos 90.

O neoliberalismo, associado ao processo da transnacionalização das megaempresas, evolui para a *Globalização* nos anos 90, apresentando-se como um movimento sociopolítico e econômico avassalador, que expõe as economias nacionais, no final desta década, à mercê do capital especulativo internacional. Ao mesmo tempo, tal tendência produziu uma dimensão sociocultural, mais conhecida como *Mundialização*. Esta dimensão entra em choque e faz resistência, em muitos movimentos do Continente, com a própria globalização econômica, e se expressa em um sem-número de organizações não-governamentais (as ONGs).

Estas se constituem, ao lado da rede mundial de computadores (Internet) e de vários movimentos de organização de minorias ao nível continental ou nacional com ramificações fora de seus países (Movimentos de Consciência Negra, de Povos Indígenas, de Mulheres, de Meninos/Meninas de Rua, os Sem-Terra no Brasil, o movimento de Chiapas, no México, e outros) em forças alternativas —

no sentido de não-oficiais —, quase sempre de oposição aos governos estabelecidos e questionadoras do sistema sociopolítico e econômico vigente. Muitas destas organizações da sociedade civil se apresentam bem estruturadas, utilizando os mesmos recursos tecnológicos disponíveis e, por isso, lutam contra o *inimigo comum* “dentro do seu próprio quintal”, como se diz.

É digno de nota, igualmente, o surgimento e consolidação da tendência de criar blocos econômicos de países e/ou regiões vizinhas, com afinidades geográficas, históricas, socioeconômicas e culturais, como uma maneira de fazer frente à globalização econômica: *regional* para fazer frente ao *global*.

Embora o chamado “setor informal” da economia não tenha surgido nesta década entre os povos latino-americanos, os anos 90 vêm assistindo a um crescimento sem precedentes do mesmo, a ponto de constituir hoje uma referência obrigatória nas análises sócio-econômicas. Ele vem a ser fruto, de um lado, da perda enorme de postos de trabalho na indústria (desemprego estrutural) e do desemprego sazonal; de outro lado, ele é indicativo da carência educacional e da desqualificação profissional de uma parte considerável da mão-de-obra ativa, em nossos países. No Brasil, estudos de abordagem sociocultural sobre o setor informal da economia detectaram neste um poderoso mecanismo de resistência dos segmentos mais pobres e excluídos no sentido de empregar toda a criatividade intuitiva, o “jeitinho brasileiro”, as maneiras de “se virar”, presentes nas camadas pobres como médias de nossa população. Isto se constata, apesar da deficiência educacional em nosso país, necessária para o gerenciamento de pequenas e médias empresas, por exemplo.

O setor informal, que no caso do Estado de Pernambuco, — Nordeste do Brasil — nos anos noventa, foi apontado como a terceira força econômica produtiva no Estado, tem sido um dos responsáveis pela relativa recuperação da economia brasileira em relação às medidas grandemente recessivas ditadas pelo FMI no início deste ano. O governo e os analistas econômicos esperavam uma recessão maior, uma maior queda do PIB. Causou surpresa o fato de o quadro recessivo não estar tão escuro como era previsto. Além da safra agrícola recorde no Sudeste e Sul do país, a economia informal — que possui também uma instância chamada de “submersa” porque impossível de ser quantificada, já que não paga impostos nem contribui para o INSS, além de setores desta provirem de atividades ilegais — é hoje responsável por uma menor incidência dos efeitos perversos da recessão provocada e anunciada, pela qual o povo mais uma vez paga a conta dos desmandos das políticas monetaristas, fisiológicas e eleitoreiras das elites dirigentes.

O antropólogo Rubem Oliven descreveu o funcionamento deste setor baseado em pesquisas próprias e de outros autores.⁸ Mostrou ele o fluxo em mão dupla desta economia. *Primeiro*, o que vai dos pobres vendedores e compradores, sob a forma de pagamento aos comerciantes atacadistas dos bens adquiridos para revenda; destes, para os vendedores em grosso e distribuidores; e destes para os produtores. Assim, as poupanças dos pobres entram no circuito do capital circulante na economia brasileira. *O segundo fluxo* é o que vem do setor produtivo, legal ou ilegalmente, chegando até os pequenos comerciantes ou *camelôs*, que trazem para os consumido-

res pobres os bens de consumo duráveis de fabricação mais barata, além de alimentos, de roupas que imitam as de *griffe* mas são confeccionadas nas *fábricas de fundo de quintal*. Tal injeção de dinheiro na economia brasileira supre, em parte, as contribuições que o INSS deixa de receber, por conta do aumento do índice de desemprego, além de fornecer as quantias necessárias para sustentar o fluxo de investimentos necessário para a continuação deste comércio.

O setor informal, — que poderia ter melhor desempenho ainda se nosso povo recebesse uma educação melhor, mais bem ministrada e aproveitada com exercícios teórico-práticos —, combina mais com maneiras de ser, de lidar com o tempo e o espaço do nosso povo. Sabemos da violência cultural imposta a nossos indígenas pelo tempo cronometrado, conventual, ao qual eram obrigados a seguir nas reduções. Este *tempo diferente*, ditado pelos ritmos vitais e meteorológicos mais que pelo relógio, predomina não só entre indígenas mas também em nossas populações rurais e mestiças e suburbanas recém-chegadas do interior e desempregadas. O trabalho na indústria e comércio, ao contrário, obriga a adaptação aos horários rígidos, ao relógio marcador do ponto, ao tempo linear, segmentado em minutos e segundos. Nas ocupações informais, porém, permanece, em geral, o esquema da *tolerância*, uma espécie de acordo tácito que não faz caso de atrasos pequenos.

Além disso, a informalidade vai até a indumentária: a ausência de exigências em relação à roupa e ao calçado, sobretudo entre os comerciantes de rua, pequenos fabricantes e outros, faz que estes trabalhadores não necessitem de investir dinheiro nestas particularidades,

8. Cf. as Referências Bibliográficas.

nem de cumprir rituais ligados à boa apresentação, à segurança de trabalho, etc., o que facilita mais ainda o ingresso dos excluídos do mercado formal neste setor que não pára de crescer no contexto brasileiro atual.

Este quadro do setor informal, não obstante, apresenta uma série de desafios e preocupações para a pastoral e a educação popular. Um deles é que o conjunto de atividades e de “jeitinhos de se virar”, acima descritos, se bem que denotam uma riqueza de imaginação e uma certa resistência nos pobres de nossos países, não contestam o sistema que aí está, não põem em risco a estabilidade das políticas neoliberais. Ao contrário, no Brasil sabe-se que boa parte da renda perdida para o Instituto de Seguridade Social do Governo, por conta da tremenda diminuição do emprego e, portanto, do recolhimento de contribuições ao INSS, é recuperada através destas poupanças dos pobres, provenientes do comércio informal.

Os jornais do Brasil, agora na metade de junho, anunciavam resultados de pesquisas concluídas sobre este setor, que

3. SANTO DOMINGO: AVANÇOS, RECUOS E INCULTURAÇÃO

As circunstâncias que cercaram a preparação e realização desta IV Conferência Geral do CELAM levaram o clero, laicato e religiosos/as comprometidos com um trabalho de pastoral social mais ligado a mudanças estruturais, a sentimentos de desânimo. Havia um sentimento e receio de que o contexto das discussões iria produzir um texto que poderia recuar, ao invés de avançar, em relação a Medellín e Puebla, nas posições sobre a análise social da realidade, nas reflexões teológicas e tomadas de posição pastorais. Pode-se dizer, que os medos se concretizaram, ao menos

descobriram o seguinte: tais empresas sem documentação ou endereço definido ocupam 12,87 milhões de pessoas, quase 25% da população urbana brasileira no mercado de trabalho. O setor movimentou em 1997 cerca de 12 bilhões de reais na época, correspondiam a aproximadamente 10 bilhões de dólares, o equivalente a 8% do Produto Interno Bruto (PIB). O maior atrativo deste setor, para os trabalhadores, é que os salários são em média superiores aos pagos pelo setor formal.

Sabendo que a cultura se humaniza através da *produção do sentido*, do ser humano saber-se — e ser de fato, criador de bens culturais e, por isso, gerenciador de seu destino, perguntamos como fica o empenho libertador nas pastorais sociais se no comércio informal os pobres apenas reproduzem o sistema de produção e consumo, pondo sua criatividade nos modos de comerciar, de vender, mas continuando submissos à economia neoliberal?

O encaminhamento a ser dado a esta questão crucial, tenho para mim que passa pela estratégia da *missão inculturada*, dentro da perspectiva libertadora.

em parte. Mas, com tudo isso, falou-se, por ocasião da edição do Documento, que a Conferência de Santo Domingo certamente iria passar para a História como a “Conferência da Inculturação”. Isso, apesar de o capítulo sobre a “Cultura Cristã” estar menos denso e inovador que o sobre a “Promoção Humana”. No entanto, as referências sobre a realidade pluriétnica e pluricultural do Continente; o reconhecimento de que o anúncio da Revelação pode e deve ser compreendido, vivido e celebrado em qualquer cultura, constituindo esta um veículo, uma mediação indispensável

para a salvação; e por fim, a consequente "oficialização" do apelo para a evangelização inculturada, trouxeram as preocupações com a cultura e as culturas para o centro das reflexões e práticas teológico-pastorais. Mais que o de Puebla, pode-se dizer que o Documento de Santo Domingo é mais importante e incentivador como força simbólica do que enquanto conteúdo.

Deste modo, o sentido da alteridade, da consciência do outro enquanto *outro*, ganha mais espaço no enfoque cultural que no da pobreza, visto que a diversidade aí não se situa apenas na ordem do *ter* mas na do *situar-se em relação a si*

mesmo, ao mundo, à vida, aos valores, à religião. Por isso, o diálogo permanente da inculturação, que deve tender para a "fusão dos horizontes culturais" do evangelizador e do evangelizando constitui um processo bem exigente, de perda para ganhar, de experiência do esvaziamento de si, para poder adentrar-se no mundo cultural do outro, assumir em si este mundo sem, no entanto, migrar completamente para ele. Isso quer dizer que o evangelizador não renuncia a suas convicções ou à sua fé para assumir as do evangelizando; mas sim, vai fazer o trabalho de reinterpretá-las dentro das categorias de compreensão do outro.

4. MISSÃO INCULTURADA: DESAFIOS E ENCAMINHAMENTOS

Nas Américas, podemos dizer que estamos numa fase ainda de busca de caminhos e de estratégias pedagógicas de como pôr em prática esta *fusão de horizontes* do diálogo inculturativo. Este processo quer dizer o seguinte: o religioso, a religiosa em missão e/ou na inserção vão conhecendo, acolhendo e compreendendo a visão do mundo, das realidades que constituem o tecido socio-cultural da vida das pessoas e grupos, ao mesmo tempo que os evangelizando e/ou o povo do bairro vão desenvolvendo o mesmo esforço de conhecimento, acolhida e compreensão da maneira de ser, do estilo de vida e dos valores que o justificam, dos/as religiosos/as.

Uma coisa é certa, porém: muitos vão se convencendo da importância da dimensão dialógica e dialogante do trabalho pastoral e educacional, se se quer que esta fusão aconteça. O protagonismo do laicato é fundamental para este diálogo da inculturação, porque os lei-

gos trarão a experiência de suas vidas, do seu mundo específico, se deixados livres para se exprimirem como são e como vivem.

De agora por diante, a missão ou é inculturada ou "não haverá evangelização verdadeira", proclama o Papa e proclamam os documentos. As práticas e atividades pastorais deverão ser marcadas por esta preocupação. Estratégias terão que ser buscadas para levar adiante esta dimensão necessária da missão evangelizadora da Igreja, no Continente.

Assim sendo, a pastoral inculturada se debruçará prioritariamente sobre os setores marginalizados ou excluídos do Continente Latino-americano e Caribeno. Tratam-se das *culturas oprimidas* ou também chamadas *culturas periféricas*. Mas também, não serão excluídos os empenhos de inculturação nas culturas da modernidade, chamadas por João Paulo II de "*novos aréopagos*".

PARA CONCLUIR

Tentei mostrar, em tudo que foi dito, que somente com o crescimento da prática do diálogo da inculturação é que a Pastoral ancorada nos princípios da Teologia da Libertação poderá enfrentar satisfatoriamente as tensões colocadas pela cultura nas questões referentes à pobreza, e também à miséria, em nosso Continente.

Esta é uma condição necessária para se vencer os impasses de uma evangelização libertadora mas que não tem levado suficientemente em consideração as heranças étnicas e culturais de nossos povos, nem o peso que estes elementos exercem em suas trajetórias existenciais, mesmo

nestes tempos de sociedade em processo de globalização. Ao contrário, as propostas deste movimento civilizatório, montado sobre a ampla economia de mercado e a "cultura do espetáculo" e/ou do "simulacro", — como escreveu Baudrillard, — vêm aguçando, de certo modo, as reivindicações pelo reconhecimento das especificidades e diversidades socioeconômicas, ditadas e/ou inspiradas pelos complexos culturais que identificam o modo de ser, de viver, de se expor, enfim, de se tornar visível, dos grupos humanos — o que constitui uma das características marcantes da paisagem sociopolítica e cultural do Planeta, neste fim de milênio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CNBB/CELAM (org.). *A Evangelização no Presente e no Futuro da Igreja na América Latina*. (Doc. de Puebla) São Paulo, Loyola, 1979.
- CNBB/CELAM (Org). *Evangelização Promoção Humana E Cultura Cristã* (Doc. De Santo Domingo). Petrópolis, VOZES, 1989.
- MEDEIROS, Fr. Tito Figueirôa de. "Missão Inculturada" In *Novo Milênio E Refundação Da Vida Religiosa*. Rio, Publicações CRB, 1998.
- _____ "Inculturação do Ser e da Missão da Vida Religiosa" In *Refundação da Vida Religiosa: Roteiros para Reflexão*. Rio, Publicações CRB, 1999.
- OLIVEN, Rubem George. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis, VOZES, 1980.
- VELHO, Otávio e Gilberto (Orgs.). *O Fenômeno Urbano*. Rio, Zahar, 1980.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Estamos atentos aos apelos e incentivos dos documentos da Igreja sobre a questão das culturas? Sabemos buscar neles o apoio e as orientações de que precisamos em nosso trabalho pastoral?
2. Estamos realmente comprometidos com o outro?
3. Somos conscientes da necessidade de conhecer seu mundo, seus valores, num processo de troca de culturas e convicções para que a aproximação intercultural aconteça?

 FREI TITO FIGUEIRÔA DE MEDEIROS, O. CARM.
Teólogo, Membro de Equipe de
Reflexão Teológica da CRB

Endereço do autor:
Praça Frei Caneca s/n, Centro
CEP: 55900-000, Goiana, PE

O Pão que nos Faz Irmãos

MARCELO BARROS

A CEIA DE JESUS E A COMUNHÃO MACROECUMÊNICA

A alegria de escrever aos/as leitores/as de Convergência me vem, desta vez, com alguns sinais de fraqueza do organismo. Nesse contexto pessoal, fico feliz em meditar na Ceia do Senhor. Jesus a celebrou diante da ameaça, não da irmã morte, acolhida como parte da vida e sim do assassinato violento, planejado pelos que se sentiam ameaçados por sua Palavra e ação.

Neste Jubileu do ano 2000, a Igreja Católica se propõe a meditar na Eucaristia como ação de graças à Santíssima Trindade, instrumento de comunhão com toda a humanidade e sacramento da unidade de "todos os filhos e filhas de Deus, dispersos pelo mundo, pelos quais Jesus morreu" (Jo 11,52).

Proponho meditarmos sobre a Eucaristia em sua relação com o chamado de Deus para o diálogo e a comunhão com as outras Igrejas cristãs e com todas as

religiões e culturas. O meu desejo é provocar uma reflexão que possa ser continuada e aprofundada por cada irmão e irmã que me acompanham nestas linhas. Mesmo tratando-se de um estudo e não da análise de uma questão pastoral, proponho, na medida do possível¹, seguir o método consagrado pela Igreja da América Latina: ver, julgar e agir.

Quando, aos 18 anos, entrei como postulante no Mosteiro de Olinda, fui marcado por uma frase do Livro dos Provérbios na tradução da Vulgata, inscrita em pedra, no meio da sala capitular dos monges: "*O justo é aquele que se acusa primeiro*" (Pr 18,17). Com esse espírito, aprendi a me criticar e a ser crítico com a Igreja, não para diminuí-la, mas para ajudá-la a se converter permanentemente e apresentar-se ao Senhor como "esposa pura e sem manchas".

1. A EUCARISTIA NA REALIDADE COTIDIANA DA COMUNIDADE RELIGIOSA

Cada comunidade tem seus costumes e estilo. Na quase totalidade dos conventos e mosteiros, a Missa é celebrada diariamente e conta com uma hora para tal.

Muitos institutos religiosos nasceram ligados à devoção eucarística. Esta devoção passou por um longo caminho de evolução. Poderíamos resumi-lo em três etapas. Na primeira, mais forte em sécu-

1. É verdade que uma etapa já implica na outra e quando vemos, já estamos, de certo modo, "vendo a partir de determinados pressupostos".

los passados, o amor à Eucaristia era mais caracterizado pela "adoração ao Santíssimo Sacramento". Houve congregações que nasceram para essa adoração. Desde o início da reforma litúrgica da Igreja Latina, já nos tempos do papa Pio X e principalmente após a encíclica *Mediator Dei* de Pio XII (1947), o objeto central da espiritualidade eucarística passou a ser "receber a comunhão" e não mais apenas adorar o Santíssimo. Depois do Concílio Vaticano II, o centro e o objeto dessa espiritualidade tornou-se a própria celebração e não mais o ato isolado de comungar. Evidentemente, tal evolução não se deu sempre conscientemente, nem atinge a todos de forma homogênea. O Concílio insistiu na centralidade da Missa para as comunidades religiosas como fonte de unidade. Revalorizou o antigo costume da concelebração dos presbíteros para unificar a celebração e sublinhou a importância da Missa Conventual. Infelizmente, há comunidades religiosas que, durante a semana se reúnem para o Ofício e, nos domingos, as irmãs ou irmãos se dispersam buscando "assistir a sua missa", desligada da comunidade. Em outros casos, pelo fato de ser diária e facilmente cair na rotina, a Missa como é celebrada nas comunidades religiosas nem sempre leva em conta as condições requeridas para que a Ceia do Senhor seja expressão e fonte de vida nova para

quem celebra e para toda a comunidade eclesial.

Após o Concílio Vaticano II, a Missa tornou-se quase o único ato celebrativo nas paróquias e conventos. Substituiu devoções como "horas santas" e bênçãos do Santíssimo, vias sacras e novenas. Algumas congregações passaram a valorizar mais a Liturgia das Horas. Entretanto, na maioria das comunidades, tanto pelo horário como por sua forma e expressões, essa forma de oração ainda continua sendo considerada "reza dos padres e das freiras" e não como "Oração do Povo de Deus"². A Eucaristia ainda ficou mais isolada em si mesma, com mais risco de ser celebrada de forma rotineira e manter-se desligada do compromisso vital que ela supõe e ao qual ela deve levar.

Em 1959, dizia Karl Rahner: "A celebração cultural exige uma tradução no plano da existência. Se no modo de viver das pessoas que celebram a Missa, a comunhão que dela decorre não é uma realidade existencial, esse modo de viver não pascal priva do seu sentido a celebração (...). Isso quer dizer que a comunhão na vida é condição prévia e necessária para a comunhão na Eucaristia. (...) A Missa não vivida priva a missa celebrada de uma característica essencial: a de ser expressão sensível e sacramental de uma forma de viver: a do Cristo"³.

2. A EUCARISTIA NA VIDA DAS COMUNIDADES RELIGIOSAS

A maioria dos institutos religiosos recebem a profissão dos irmãos e irmãs no momento de apresentar as oferendas da Missa. Isso revela o caráter eucarístico da profissão religiosa e como

esse gênero de vida mantém com a Eucaristia um vínculo de dependência. A Missa é um sacramento da consagração, portanto, um sinal da vida religiosa batismal.

2. Um bom esforço nesse sentido de tornar a Liturgia das Horas, oração de todo o povo é a realização do "Ofício Divino das Comunidades". Elaborado por uma equipe nacional de biblistas, liturgistas, músicos e pastores, o livro já está na 10a edição, cada uma de 10 mil exemplares. Tem ajudado a ligar tradição litúrgica, Bíblia e espiritualidade popular.

3. KARL RAHNER, *A Eucaristia e os Homens de Hoje*, Lisboa, Ed. Paulistas, 1968, p. 61- 65.

Nas comunidades de vida claustral ou monástica, é fácil reservar uma hora diária para a celebração eucarística e em hora nobre do dia. Para comunidades nas quais as irmãs ensinam, trabalham em hospital, ou cada irmã tem um emprego externo, o tempo é menos livre. Algumas comunidades inseridas privilegiavam a celebração dominical e têm uma ou duas vezes durante a semana uma celebração eucarística.

Para os cristãos, a Eucaristia é a forma mais acentuada de comunhão com Deus e entre os irmãos. Ora, *Comunhão* ou *Koinonia* é um termo fundamental para o monaquismo primitivo. Quem leu a regra de Pacômio, Agostinho e a Regra do Mestre sabe o lugar que a comunhão ocupa nesses textos fundadores da Vida Religiosa. No início, a vida cenobítica ou de comunhão era vivida por pessoas simples e pertencentes às bases da Igreja. Começou com as chamadas “virgens consagradas”, das quais tratam pais da Igre-

ja como Cipriano de Cartago e mais tarde Agostinho, Ambrósio e outros. A Vida Religiosa cristã começou sendo feminina. Quando os homens passaram a viver esse ideal, eram simples fiéis e totalmente livres da estrutura clerical ou hierárquica. A preocupação deles era a busca de Deus através da oração, e da oração permanente. Naquela época, eram poucas as Igrejas que celebravam “missa diária” e os mosteiros e conventos estavam no deserto ou lugares afastados. Para quem vivia a vocação religiosa, o importante era obedecer ao preceito de Paulo e do próprio Jesus: “*Rezai sem cessar*” (Lc 18, 1). Esse preceito fundamentava a liberdade da pessoa diante de qualquer sistema de celebração. O importante era amar a Deus de todo o seu coração e isso implica também com todo o seu tempo. As comunidades monásticas viviam a eucaristia no domingo como uma grande festa de Páscoa e ocasião de encontro com outras comunidades.

3. AS RAÍZES CULTURAIS E INTER-RELIGIOSA DA EUCARISTIA

Quem participa, hoje, da Missa numa Igreja Católica, tem a impressão de se tratar de um culto estritamente cristão. Analizando os elementos da Missa e estudando sua história, verificamos um longo processo de diálogo e integração de crenças diferentes. A Eucaristia tem raízes comuns a várias religiões antigas e se constitui como uma síntese cultural que aglutinou e assumiu expressões de várias culturas.

Há estudos eruditos sobre a teologia e a prática dos sacrifícios nas religiões orientais antigas e as riquezas que a celebração cristã mantém como herança dessas tra-

dições⁴. Elas nos vieram através do judaísmo. A origem da Eucaristia é a Ceia Pascal e esta se enraíza no sacrifício de louvor, comum nos cultos cananeus e que a comunidade de Israel recebeu e, pouco a pouco, aprimorou. É a “refeição sagrada” (no hebraico: *zelah 'selamim*), sacrifício pacífico e de comunhão no qual os fiéis comem e bebem diante do Senhor (Cf. Dt 12, 18; 14, 26). A aliança que Deus concluiu no Sinai é selada por este tipo de sacrifício (Cf. Ex 24, 4- 8). A festa da Páscoa, de origem também pré-israelita, ligada ao culto da primavera, é concluída pelo sacrifício do Cordeiro, comido na

4. Entre muitos outros, podemos citar:

ROLAND DE VAUX, *Institutions de l'Ancien Testament*, Vol I e II,

RENÉ GIRARD, *Le Bouc Emissaire*, Paris, Bernard Grasset, 1982 e outras obras suas, das quais a última é:

Idem, *Je vois Satan tomber comme l'éclair*, Paris, Bernard Grasset, 1999.

H. RENCKENS, *A Religião de Israel*, Vozes, 1969.

ceia, por toda a família, acrescentada de vizinhos pobres que não teriam como abater um animal ou não poderiam comê-lo sozinhos (Ex 12).

A tradição de Israel enriqueceu-se com a herança dos povos vizinhos e assumiu expressões de religiões diversas num verdadeiro sincretismo cultural⁵. Fiel a algumas correntes orientais, desenvolveu uma profunda contemplação do Nome Divino. Nenhum nome o define totalmente. Deus é adorado na diversidade de nomes que revelam aspectos do seu mistério. Eis como isso aparece claro em um conto dos rabinos (midrash): "O Santo, bendito seja, disse a Moisés: Tu me pedes para conhecer meu Nome. Eu sou chamado, conforme minhas ações. Às vezes, me chamam de *El Shaddai* (Deus Altíssimo); às vezes, de *Shabbaot* (Deus dos exércitos); às vezes sou invocado pelo NOME (As quatro consoantes). Quando Eu julgo as criaturas, sou chamado de *Elohim*. Quando luto contra os maus, chamam-me de *Shabbaot*. Quando Eu deixo de lado os pecados humanos, sou chamado de *El Shaddai*. Quando tenho piedade das pessoas, sou invocado pelo NOME. Eu sou quem Eu sou! *"Éhyé asher éhyé"*⁶.

Neste midrash só aparecem nomes masculinos de Deus, mas poderíamos continuá-lo, escutando Deus nos dizer: "Quando Eu manifesto minha compaixão (em hebraico: amor uterino), me chamam de *Rahamin*, a Misericórdia. Quando atuo pelo meu Espírito (em

hebraico, espírito é uma palavra feminina), me chamam de *Ruah*, Ventania". É assim que o nosso Deus é universal.

Os profetas aceitaram muitos nomes de Deus que, pouco a pouco, foram fundidos no culto javista. Mas, não aceitaram cultos que atentavam contra a vida humana ou estavam contra o projeto libertador de Deus. Aceitaram o culto da serpente de bronze que, conforme a tradição, curava o povo (Nm 21,4-9) e condenaram o bezerro de ouro (Elohim cananeu, tanto quanto a serpente) que afastava o povo do projeto do Êxodo (cf. Ex 32). Deus não quer sacrifícios humanos (Dt 12,31; 18,10; Is 15,33). Prefere a obediência e o amor aos holocaustos (Cf. Os 6,6).

A Ceia de Jesus, independentemente se foi a sua celebração pascal ou não, teve conteúdo litúrgico engajado nessa tradição religiosa de Israel⁷. O Segundo Testamento e a tradição cristã ligam a Ceia de Jesus ao sacrifício de Melquisedec (cf. Jb 5,10 e cap. 7). Ora, este era um rei pagão (talvez jebuseu) a quem Abraão pagou dízimo. Melquisedec lhe ofereceu a refeição sagrada, seu sacrifício de pão e vinho (Gn 14,17-20).

Vemos assim que a Ceia de Jesus tem profundas raízes inter-culturais e inter-religiosas, permanecendo profundamente inserida na tradição da Beraká judaica. "Em certas comunidades judaicas, como nos grupos de Qumram, a ceia passará a tomar o lugar e o significado dos antigos sacrifícios"⁸.

5. Há formas negativas de sincretismo que devem ser evitadas e há um sincretismo de síntese. Ver sobre isso: L. BOFF, Igreja, Carisma e Poder, Vozes, 3a ed. 1982, p. 145.
6. Midrash Rabba sobre o Ex 3,6 - cf. MEROZ, Christiane. "Une redécouverte protestante de la contemplation". In: Lumière et Vie, 207, mai 1992, p. 81.
7. Ver sobre isso: P. BENOIT, "Le recit de la Cène dans Lc XXII,15-20", in Exégèse et Théologie, Paris, Du Cenf, 1966, vol. I, p. 163-203. S. VON ALLMENN, Estudos sobre a Ceia do Senhor, ASTE, São Paulo, 1967.
8. L. BOUYER, Théologie et Spiritualité de la Prière Eucharistique, Tournay, Desclée, 1966, p.82.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

4. A CEIA NA VIDA E NA PRÁTICA DE JESUS

Para bem compreendermos a Eucaristia, é importante não isolá-la do contexto no qual ela nasceu. Joaquim Jeremias e outros autores, como o pesquisador americano John Crossan, mostram que esse contexto no qual ela nasceu é o da “comensalidade” de Jesus. A Ceia de Jesus teve um caráter próprio e de algum modo ligado à Ceia Pascal Judaica, mas não pode ser isolada das inúmeras refeições que Jesus tomou com seus discípulos e com os pobres e desclassificados da sociedade. O que mais chama a atenção nas refeições de Jesus é sua comunhão de mesa com os considerados pecadores. Os chefes da religião estavam convencidos de que Deus não admitia a todos em sua mesa. Comer juntos é sinal de aliança de vida. Por isso, se escandalizaram com o fato de que Jesus “acolhe os pecadores e come com eles” (Lc 15,2; Mc 2,15).

Esse é o espírito com o qual Jesus faz a sua Ceia. Há discussões se o lugar era apropriado para a celebração da Páscoa judaica e se Jesus não teria antecipado o dia, ou feito a Páscoa na data dos sama-

ritanos. Independente das conclusões da pesquisa histórica, o contexto é pascal e nele, Jesus entrega simbolicamente a sua vida por amor de todos. A Bênção sobre o pão e o vinho recebe como acréscimo o “tomem e comam e o tomem e bebam”.

Não se trata apenas de comer e beber, mas de “comer e beber juntos” como sinal da partilha da vida. Não é apenas o “sacramento da Ceia”, mas a Ceia aberta na qual se reparte o alimento e a vida.

Isolar desse referencial a Eucaristia faz com que enchamos a celebração de gestos exteriores de respeito e adoração, mas a esvaziamos de seu significado de justiça, solidariedade e fraternidade⁹. Seria exatamente essa dimensão, à qual Paulo se referia na Carta aos Coríntios: “Quando vos reunis, não é mais a Ceia do Senhor que celebrais, visto que cada um se apressa a comer sua própria comida” (1Cor 11,20-21).

Hoje, nossas comunidades são também chamadas a verificar se estamos “discernindo o Corpo do Senhor” (1Cor 11,29).

5. O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA DIVERSIDADE CULTURAL

Qualquer análise profunda do que, hoje, acontece no mundo exige atenção ao fenômeno da diversidade das culturas, do pluralismo das religiões e a importância que têm tomado diversas iniciativas de diálogo e encontro.

Revendo os 2000 anos da história do cristianismo, o Papa e muitos cristãos reconhecem um passado de intolerância, desrespeito à diversidade e pretensão à hegemonia. Hoje, teólogos e pastores crêem: A diversidade das religiões é um bem. Faz parte do projeto de Deus. Em

recente documento, a Federação dos Bispos asiáticos afirma: “O fundamento principal de uma espiritualidade do diálogo e da teologia das religiões é a certeza da universalidade da graça de Deus. Deus se dá. Sobre isso, nós, seres humanos, não podemos ter nenhum controle. Para nós, Cristo é o centro universal do diálogo de Deus com a humanidade. Por isso, devemos conhecer o que Deus disse e continua a dizer de mil maneiras aos diversos povos e nas diferentes tradições religiosas(...). Podemos compreender as

9. J. JEREMIAS, Abba, El mensaje central del N.T., Sigueme 1981, p. 259.

A aproximação entre as pessoas se dá pelas palavras. Mas, há gestos e sinais que expressam e realizam o que muitas palavras não conseguem. Entre as igrejas e, mais ainda, entre as religiões e nas relações inter-culturais, também é assim.

Enquanto no Concílio Vaticano II, os teólogos e pastores discutiam a teologia da Ceia nas Igrejas Evangélicas, Paulo VI deu um cálice de presente ao irmão Roger Schutz, prior de Taizé e pastor calvinista. O gesto simbólico contribuiu mais para a aceitação da ceia calvinista, por parte dos católicos, do que muitas páginas escritas sobre o assunto pelos especialistas. Quando em 1986, João Paulo II convidou líderes de diversas religiões para, juntos com ele, em Assis, orar pela paz no mundo, contribuiu mais com o Diálogo Inter-religioso do que através de qualquer uma das suas afirmações corajosas sobre o assunto.

Há gestos simbólicos que são eventuais e espontâneos. Há outros que são estruturais e, de certo modo, "permanentes". A refeição partilhada é um de-

les. "Comer juntos é sacramento de Deus em todas as culturas"¹³.

Nas religiões populares brasileiras é fundamental "comer e beber juntos". Mãe Stella de Oxossi me confirmou: "Sem comida, não há candomblé". De fato, numa festa de Candomblé, assim que os orixás descem, há comida para todos. Uma vez, ouvi uma senhora pobre confidenciar: "Nós, da favela, só comemos carne quando, aqui, há festa dos Orixás". Escutar isso me fez lembrar que as primeiras comunidades cristãs chamavam a Eucaristia de "a fração do pão", isto é o "ato de repartir". É uma forma de comer que implica uma forma de viver.

Em Emaús, os discípulos reconheceram o Senhor na hora em que Ele partiu o pão. "A fração do pão, na qual se reconhece o Senhor, encerra uma exigência de reconciliação e reconstrução de um mundo quebrado, fazendo saltar as barreiras que nos dividem e distanciam, barreiras de discriminações ou privilégios, de indiferença ou desconfiança. Só assim é possível a solidariedade daqueles que, repartindo o mesmo pão, formamos um só Corpo (cf. 1Cor 10,16-17)."¹⁴

7. E NOSSAS CELEBRAÇÕES EUCARÍSTICAS?

Compete a cada comunidade e pastor verificar se suas celebrações cotidianas permanecem fiéis a este espírito do Senhor.

Há anos, espalham-se pelo Brasil as romarias da terra. Em alguns regionais, as romarias são ecumênicas. Mas, muitas vezes, o ponto de tensão e no qual o ecumenismo é quebrado se dá justamente no momento da celebração eu-

carística. Aquilo que deveria ser "sacramento da unidade" se torna sinal e instrumento de separação.

Em algumas comunidades religiosas, a tensão ocorre até pela forma de celebrar. Uma religiosa dizia: "Você conhece um ato mais clerical e de maior manifestação do poder sagrado do padre do que a Missa?"

13. DIEGO IRARRAZAVAL, *Ritual Andino, Eucaristia, cosecha de paz*. In Paz, *tarea de todos*, Lima, ano 1, nº 5, p.48.

14. MANUEL DIZ MATEOS, *Te reconocemos, Señor, al partir el pan*, in *Paginas*, Lima, CEP, abril 1988, p. 47.

Lembro-me de uma reunião preparatória a um encontro ecumênico de comunidades de base. Os bispos católicos presentes consultaram seus assessores sobre o que as leis atuais do Vaticano permitem e o que proíbem quanto à participação ecumênica na Eucaristia. Os consultados responderam: "Pelas leis canônicas atuais, um culto da Palavra de Deus pode ter participação ecumênica. Na celebração eucarística, não!"

A justificação teológica é que a Eucaristia é sacramento da unidade já reali-

zada. Se ainda não temos unidade, não podemos celebrar. Entretanto, mesmo entre nós, membros de uma mesma igreja, vivemos a unidade completa? Cumprimos todas as exigências e tomamos verdadeiras todas as dimensões contidas na Ceia do Senhor? Por isso, seria melhor não celebrarmos? Ou aceitamos que a Ceia do Senhor mantenha um elemento de incompletude e de ainda não "até que Ele venha?" Por que, então, não usamos o mesmo argumento para as relações intereclesiais e inter-religiosas?

PARA UMA EUCARISTIA, SACRAMENTO ATUAL DA UNIDADE

O culto mais comum da Igreja é a Eucaristia; sacramento da unidade no qual o oficiante lembra que ali se expressa a entrega de Jesus "por vocês e por todos". Hoje, pela forma como é celebrado e pela teologia e prática espiritual que o envolve este sacramento parece mais o sacramento da união apenas de uma comunidade fechada, "já salva". Fora disso, parece sacramento da divisão e da discriminação. Como fazer para mudar essa realidade?

A. inculturando a teologia e a prática das celebrações eucarísticas

Inculturar é a melhor forma de ligar a celebração com a vida e as culturas do povo brasileiro. Fazendo isso, continuamos a viver, em plena Missa, essa unidade de raiz que a Eucaristia tem com os cultos e oferendas de ação de graças de todas as religiões e culturas. Através da inculturação, a Eucaristia reencontra suas raízes inter-religiosas e universais. Foi o que as Igrejas dos primeiros séculos fizeram. No século IV, as comunidades eram criativas na liturgia. Sob a coordenação de pastores como Cirilo, Ambrósio e João Crisóstomo, conseguiram expressar o memorial da Páscoa de Jesus, ligado a formas culturais pré-cristãs, de matriz helenística e romana. Naquele tempo, cada centro populacional tinha ainda os resíduos de traços culturais de suas populações autóctones da era pré-imperial que foram assumidos para ser transformados e plenificados no sentido cristão da Ceia.

Um importante meio de relação inter-religiosa é revalorizar os elementos da ceia: o pão e o vinho, hoje tão reduzidos e pouco reconhecidos em sua dimensão de sinal. Geralmente, em celebrações populares, se valorizam muitos símbolos e deixa-se de lado os sinais sacramentais fundamentais do pão e do vinho e da ação mais ecumênica possível: comer e beber juntos. O que realmente resta da Eucaristia, despojada disso?

No Brasil, em relações com as culturas negras e indígenas, as comunidades de base e movimentos populares costumam trazer para a celebração eucarística outros alimentos além do pão e do vinho para ser partilhados após a comunhão. Em algumas igrejas orientais antigas, após comungar, os fiéis se repartiam leite e mel, alimentos símbolos da fartura da terra prometida. Até hoje, em outras igrejas, após a comunhão eucarística, se reparte um pão abençoado, até com as pessoas que por algum motivo não comungaram. É um excelente sinal de partilha que não desvaloriza a comunhão eucarística. Ao contrário, a reforça em seu sentido mais profético.

A abertura aos outros já começa pela igualdade manifestada no culto. Hoje, a Eucaristia é um culto muito hierárquico. As funções são diversas, mas deveriam realçar a funda-

mental igualdade de todos. No século IV, João Crisóstomo fazia este comentário: "Há um caso em que não há distinção entre quem é padre e quem é leigo: é na participação dos santos mistérios. Todos somos julgados dignos dos mesmos privilégios. (...) Um mesmo corpo é oferecido a todos. Há um só cálice do qual todos bebem.

(...) "Todos pronunciam a mesma oração, uma prece cheia de compaixão (...) Só nos diferenciamos como um membro do corpo pode diferenciar-se do outro. (...) É preciso sermos na Igreja como em uma única casa. Ser todos como um só corpo"¹⁵.

Outro elemento prático de inculturação é a frequência da missa. Há razões para celebrá-la cotidianamente. É a atual lei da Igreja. Mas, também há argumentos favoráveis a reservá-la para os domingos, festas e memórias especiais. Dom Adalbert de Vogué, monge francês, especialista na exegese das antigas regras monásticas, escreveu: "A missa é um elemento estranho ao cursus do Ofício. Sua celebração cotidiana coloca um problema que só poderá ser resolvido por uma transformação progressiva das mentalidades. Uma etapa decisiva seria compreender melhor o sentido e o valor dos costumes eucarísticos primitivos: missa reservada aos domingos – para a maior glória tanto do domingo como da própria missa – simples serviço de comunhão nos dias feriais"¹⁶.

Enzo Bianchi, prior da comunidade monástica de Bose, (norte da Itália), explicou-me que, buscando reviver o espírito da vida monástica primitiva, o Mosteiro celebra a Eucaristia no domingo e uma ou duas vezes durante a semana, se há alguma importante memória no calendário litúrgico.

O mais importante não é se se celebra a eucaristia todos os dias ou não. O desafio é dar uma dimensão eucarística a tudo o que vivemos e celebramos. Queremos todos viver diariamente do alimento que o Senhor nos dá, mas celebrar diariamente a missa não é a única forma possível de viver isso. Podemos e devemos espiritualmente ligar a eucaristia às diversas formas de comida e de louvor. Não deixá-la restrita à própria celebração. A tradição de rezar antes e depois de comer vem da espiritualidade judaica. Os rabinos ensinavam que quem come sem primeiro dar graças não reconhece que recebeu de Deus o alimento e não vive a aliança. Essa espiritualidade liga a Eucaristia aos irmãos de outras religiões e culturas.

B. Ligando a celebração à admiração e ao jeito de louvar da humanidade, hoje.

A eucaristia tem em sua fonte e em seu centro uma Beraká judaica, uma Bênção. Mas, no relato da instituição da Ceia, os verbos gregos *eulogêsas* e *eucharistêsas* têm um significado mais amplo do que apenas de ação de graças e bênção no sentido corrente destes termos. É uma expressão de adoração e de admiração diante do maravilhoso do sinal realizado. A eucaristia consiste em um olhar maravilhado, um olhar de criança encantada diante da grandeza da glória de Deus. Hoje, muita gente, cristã e de outras tradições espirituais, é muito sensível e aberta a este tipo de culto. É importante que as comunidades se libertem do ritual cotidiano e da rotina de quem cumpre gestos conhecidos e já "gastos" para fazer de cada celebração esse gesto de carinho com Deus e uns com os outros. Gratuitamente.

C. Fazendo da Eucaristia um gesto de partilha social e acolhida ao outro

Agradecemos porque e não para que. O ser humano se entrega a Deus em palavra e no dom de si mesmo. O dom interior do coração é o único fundamento possível da palavra e da oferenda. É o que torna a palavra e o rito verdadeiros.

15. JOÃO CRISÓSTOMO, Homilia sobre 1 Cor, P.G. 61 col. 527. citado em TEXTES SPIRITUELS, n. 34, Abbaye de Tournay, France, 1976, p. 118.

16. ADALBERT DE VOGUÉ, "Vida Monástica e Tempo de Oração Comum", in Tempo e Liturgia, Concilium / 162 - 1981/ 2, p. 115.

Em um mundo concentrador e discriminador, a Eucaristia sempre será profecia de uma nova sociedade de partilha e comunhão. Cada Missa não pode realizar a partilha social que ela significa, mas pode significar essa abertura e desejo da plena comunhão, pela acolhida aos outros, pela superação de moralismos e desumanidades que ainda hoje, certos ministros cometem contra a consciência dos fiéis que procuram o sacramento. Há pouco, escutei um bispo emérito dizer: "Negando a comunhão a pessoas divorciadas, ou que vivem situações irregulares, a Igreja torna a Eucaristia, ocasião de julgamentos morais e discriminações opostas ao espírito do Cristo".

Nesse sentido, a comunidade religiosa deve evitar de todos os modos aparecer como o grupo dos mais santos, ou especialistas em oração. No espírito dos seus fundadores, deve ser a comunidade das pessoas que buscam a conversão, vêem em cada criatura humana o rosto do Cristo e o buscam na eucaristia, não como sacramento dos perfeitos, mas como pão dos pobres e doentes do povo de Deus. Assim, podemos recuperar o sentido do gesto da fração do pão, hoje reduzido a quase nada. O fato de repartir o pão torna a eucaristia um acontecimento crítico: não pode reduzir-se a uma participação descompromissada num sacramento dado por Deus. Partilha-se o mesmo pão para que se apresse o momento em que todos possam ter o que comer.

"Você quer compreender o que é o Corpo de Cristo? Escuta o apóstolo dizer aos fiéis: "Vocês são o corpo de Cristo e seus membros". Se, portanto, são o Corpo do Cristo e seus membros, é o próprio símbolo de vocês que repousa sobre a mesa. Vocês respondem "Amém" ao que vocês próprios são. Esta resposta marca a adesão de vocês. Quando vai comungar, você escuta: "Corpo de Cristo" e responde: "Amém". Seja um membro do corpo do Cristo para que o seu amém seja verdadeiro.

(...) O Apóstolo que nos declara: "Mesmo numerosos, somos um só corpo". O pão não é formado de um só grão, mas de muitos. (...) Para dar ao pão uma aparência sensível, misturou-se na água grãos numerosos que formaram uma mesma massa, símbolo dos primeiros cristãos: "Eles não tinham senão um só coração e uma só alma para Deus". O mesmo vale para o vinho.

Os grãos caem do cacho numerosos, mas se fundem em um só e mesmo licor. Tal é o modelo que nos deu Nosso Senhor Jesus Cristo. Ele quis que aderíssemos a ele e instituiu sobre a sua mesa o sacramento de nossa paz e unidade. Aquele que recebe o sacramento da unidade sem guardar o laço da paz, recebe, em vez de um sacramento que lhe fortaleça, um testemunho que o condena" (Santo Agostinho, Sermão 272).

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Qual o lugar da Eucaristia em nossa vida pessoal e comunitária? Sabemos dar uma dimensão eucarística a tudo que vivemos e celebramos?
2. Somos conscientes das exigências de justiça, partilha, solidariedade e fraternidade que implica a celebração da Eucaristia?
3. Percebemos o apelo de Deus à unidade e a sua relação com a celebração da Eucaristia, Sacramento da Unidade?

 MARCELO BARROS,
Monge beneditino, teólogo e escritor.

Endereço do autor:
Mosteiro da Anunciação
Caixa Postal: 5 – Goiás, GO • Fax: 062- 372 1135.
Email: mostanun@cultura.com.br

C O N V E R S ã O É T H I C A

A Refundação da Vida Religiosa

PE. LOURENÇO KEARNS, CSSR

INTRODUÇÃO

A refundação é um assunto quente no momento atual da Vida Religiosa do Brasil e de muitas partes do mundo. Pode até ser um “sinal dos tempos” e um apelo claro do Espírito Santo. Tal tema foi assumido pela CRB nacional e, logo em seguida, pelas CRB estaduais com certos toques particulares: *Novo Milênio e Refundação da Vida Religiosa: Mística Evangélica — Missão Inculturada — Presença Solidária*.

Para alguns, a idéia de refundação pode ser algo novo mas ela já foi a força animadora nos documentos do Concílio Vaticano II, em especial, no documento “*Perfectae Caritatis*”, que se refere diretamente à Vida Consagrada.

“A fim de que o valor da vida consagrada pela profissão dos conselhos e sua necessária função sejam nas circunstâncias atuais para maior bem da Igreja, o Santo Concílio apresenta normas gerais de uma adequada renovação de vida e disciplina dos Institutos religiosos” (nº 1218).

Podemos facilmente traduzir o conceito de “renovação de vida” por “refundação de vida”. Desse modo, fica transparente que o Concílio anota normas, necessidades e prioridades que tocam no tema da refundação. É preciso, mais do que nunca, retomar a riqueza desse documento somando-o aos esforços feitos para refundar nossas congregações.

POR QUE A REFUNDAÇÃO?

Por que tanta ênfase no tema da refundação? A resposta pode ser reduzida à uma dimensão que angustia e questiona a realidade das pessoas consagradas.

Não é novidade que a Vida Religiosa está em crise. Por causa dessa crise ela perdeu parte de sua força profética na Igreja e no mundo. O Concílio Vaticano II reconheceu essa verdade e, por isso, convocou os consagrados à uma “refundação”. Infelizmente, desde então essa crise aumentou, apresentando sinais evidentes e até

dolorosos de sua presença. Parece que o desejado projeto da refundação não foi totalmente implementado como havia sido proposto. Diante dessa evidência queremos apresentar alguns sinais de desesperança que contribuíram para o aumento da crise. Só depois passaremos para o assunto da refundação e da esperança.

1. Ativismo

Muitos religiosos acabaram assumindo como uma opção individual, ou até

institucional, um *ativismo exagerado* como se fosse a essência de sua consagração. O “ser” da vida consagrada foi reduzido somente à idealização de ação. Passaram a fazer coisas, projetos e obras deixando de lado os elementos essenciais que alimentam o interior do ser consagrado. Esses elementos essenciais foram colocados num segundo plano de importância. Por causa disso, entraram numa “*crise de identidade*”, esquecendo o seu papel na Igreja e no mundo. O ser foi sacrificado pela prepotência do fazer. Caíram na estrutura do neoliberalismo, onde somente quem produz, com rapidez e eficiência, tem valor na comunidade religiosa. É certo que quem não alimenta sua identidade de logo entra em crise.

Voltando para a “*Perfectae Caritatis*”, nos deparamos com aquilo que o Concílio apresentou como prioridades na refundação da vida consagrada. Com isso vem a convicção de que a crise realmente existe, pois em muitas congregações perdeu-se o sentido e a prática dessas prioridades, que o documento destacou da seguinte forma:

1. Primado da vida espiritual
2. Vida de oração
3. Importância da Palavra de Deus
4. Sagrada liturgia e, sobretudo, a Eucaristia
5. Amor fraterno na comunidade
6. Missão apostólica.

(nº1237-1239 — *Perfectae Caritatis*)

2. Secularização

Uma certa secularização foi introduzida nos conventos. Muitas vezes, assumem-se normas do mundo pós-moderno como sendo práticas da vida consagrada gerando a não vivência da fé. Deixou-se de lado o conselho de São Paulo: “*Não se amoldem às estruturas deste mundo*” (Rm 12,2). Parece que o sentido alegre e libertador de vida se perdeu. Acontecem os atos comunitários, mas sem sentido.

Faz-se o apostolado, mas sem ânimo. Reza-se em comunidade, mas sem experimentar Deus e a fraternidade de modo verdadeiro. Vive-se uma certa opção para “a morte”. Sem fé, há somente atos externos e falta animação interna que dá sentido à oração, serviço e vida comunitária. Em tal crise optou-se em assumir substitutos, segundo as normas da pós-modernidade. Os religiosos ficaram como Israel que esqueceu de seu Deus no exílio entrando em desespero. O profeta Ezequiel descreveu tal situação como sendo uma realidade de morte ou de “*ossos ressequidos*” (Ez 37,1-14). Alguns vivem uma vida de consagração e de missão em comunidades cheias de desilusões, incertezas, pessimismo e até de desgosto pela vida consagrada. Nada é pior do que perder ou ficar confuso sobre sua identidade na Igreja.

3. Falta de Visão Evangélica

Houve a perda de uma visão evangélica clara sobre a vida consagrada. Procuram-se “remédios milagrosos” que prometem curar nossas crises. Mas o enfoque está sempre nas coisas externas, que muitas vezes não chegam à necessidade *interior* e não exigem uma conversão evangélica. Buscam-se coisas milagrosas, mas foge-se do confronto com o Espírito Santo que pode curar as doenças com remédios evangélicos. A refundação, renovação e conversão sempre começam no interior. Esse confronto é sempre algo profundamente pessoal. É Deus entrando e chamando todos para a refundação do próprio ser consagrado. Mas quem não faz a viagem para dentro de si, optando por ficar somente no superficial, nunca irá experimentar a visão evangélica que liberta: “*Se o grão de trigo não cai na terra e não morre, fica sozinho*” (Jo 12,24). Sem “morrer” não há fruto da refundação na vida consagrada.

4. Falta de Seguimento radical de Cristo

Parece que houve uma perda da visão do seguimento radical de Cristo. Em tal crise de identidade há uma tendência em se agarrar às estruturas e obras que dão a impressão de segurança. Nesse processo absolutizam-se as estruturas e as leis, tornando as obras mais importantes que a pessoa de Jesus, que dá o espírito para nossas obras. É preciso entrar no processo de refundação para animar o espírito consagrado. Quem pára no tempo morre. Muitas estruturas precisam de revisão e quando se percebe, no discernimento, que alguma estrutura é "caduca", é necessário coragem para deixá-la e assumir algo novo, que renovará o espírito da Congregação. Um sinal claro dessa crise é o fechamento e a resistência diante do *novo* no processo de refundação. Opta-se por não "morrer" e assim o grão de trigo não consegue produzir fruto.

5. Falta de Fraternidade

A vida em comunidade também sofreu muito nas últimas décadas; seja na falta de fé; seja no assumir de muitos aspectos negativos da pós-modernidade, como base da vida comunitária, ou ain-

da, a acolhimento do ativismo exagerado. A verdade é que perdeu-se muito da profecia de fraternidade. *Parece que uns aos outros amam-se menos.* Também, com essa falta de profecia, não há como atrair a juventude para alimentar as forças das congregações. Os princípios de fraternidade evangélica foram substituídos por um individualismo doentio, por um subjetivismo moral que justifica tudo em defesa da auto-satisfação, e por um acentuado egoísmo que rejeita trabalhos não remunerados, dentro ou fora da comunidade, contradizendo a Cristo que, gratuitamente, lavou os pés dos membros de sua comunidade. Muitas coisas em nossas comunidades são feitas por simples funcionalismo e conveniência, perdendo o espírito evangélico que gera profecia. *"Dou-lhes um novo mandamento: Amai-vós uns aos outros como Eu vos amei"* não é mais a regra suprema da comunidade. Isto causa um quadro triste de fraternidade, gerando descontentamento crônico, divisões, vivência e cultivo da inimizade, competição, jogo de poder e muitas doenças psicológicas, que não são normais numa situação de caridade evangélica.

A REFUNDAÇÃO

"Portanto, quem ouve essas minhas palavras e as põe em prática, é como o homem prudente que construiu sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, vieram as enxurradas, os ventos sopraram com força contra a casa, mas a casa não caiu, porque fora construída sobre a rocha. Quem ouve essas minhas palavras e não as põe em prática é como o homem que construiu sua casa sobre a areia. Caiu a chuva, vieram as enxurradas, os ventos sopraram com força contra a casa, e a casa caiu, e a sua ruína foi completa" (Mt 7,24-27).

REFUNDAÇÃO NÃO É!

O conceito de refundação não vem do nada. Cada Congregação tem sua história, seu carisma fundacional e sua procura de readaptação e conversão por meio dos apelos dos Capítulos gerais e

provinciais; tentou também dar respostas diferentes diante da busca fiel em viver seu carisma. Jogar toda essa riqueza fora seria "afundar" a congregação ao invés de refundá-la. É absolutamente ne-

cessário acolher e rever a história, mas com uma leitura crítica do fundador(a) e de seu projeto evangélico. Quem não começa por aqui corre o risco de esquecer assuntos essenciais passando a frisar coisas secundárias e errôneas no processo de refundação.

Refundação também não é um processo sem dores e sem o evidente chamado para a *conversão*. Não é uma celebração do passado sem compromisso no presente. Nem é somente um relembrar. Mas, é um reconstruir sobre a rocha. Exige opções necessárias para viver o essencial da vida consagrada, e o carisma e a espiritualidade específica da congregação. É um processo que exige a “morte” para acolher a “ressurreição.”

Tal processo não pode ser superficial, pois toca no íntimo de cada membro da fraternidade e pede mudanças pessoais, comunitárias e provinciais. Sem mudanças que toquem no alicerce de uma congregação, a refundação seria uma celebração da “morte”. Na refundação, há a necessidade de que certas estruturas, obras e normas “construídas sobre a areia” morram. Refundar tem a finalidade de mexer com a fundação ou o alicerce da “casa” da congregação. Não é assumir a atitude de “dar um jeitinho” para arrumar sinais de rachaduras na casa. *A casa toda precisa de reformas*. É sim, ir à fonte das rachaduras, o que exige uma conversão radical e uma volta para o verdadeiro sentido da vida consagrada e do carisma da congregação. É

todo um processo de “arrancar e arrasar, para demolir e destruir, para construir e plantar” (Jr 1,10).

Esse processo também não pode ser somente uma canonização do passado, fundador(a) e tradições, sem buscar o *novo* que dará mais vida à congregação. Há uma tendência de se agarrar ao passado como uma opção disfarçada para evitar mudanças que mexem com nossa vida acomodada. É necessário desmistificar e purificar certos “absolutos” na pessoa do fundador(a), carisma e espiritualidade. No processo histórico alguns sérios erros foram introduzidos “em nome do fundador (a)”. Agora, com uma leitura crítica, honesta e corajosa dá para perceber que o fundador(a) nunca quis tais “absolutos” no alicerce da congregação. Por exemplo, em congregações ativas muitos fundadores (as) nunca quiseram estruturas monásticas. Mas muitas congregações, ou com a morte do fundador(a), ou pela insistência da própria Igreja começaram a introduzir estruturas monásticas justificando que o fundador (a) quis tal estrutura. Pouco a pouco as estruturas tornaram-se mais importantes que a missão e a maneira de se viver a fraternidade e a espiritualidade. Toda congregação, no processo de refundação, precisa reler suas estruturas *segundo as intenções originais do fundador(a)*, junto com os apelos dos sinais dos tempos. Toda refundação necessariamente assume novas maneiras de ser e agir no carisma, na espiritualidade, na fraternidade e na missão.

REFUNDAÇÃO — O QUE É?

1. É um Processo

É um processo dirigido pelo Espírito Santo que sopra vida nova, sentido e compromisso na vida dos membros de uma congregação religiosa: “Colocarei dentro de vocês o meu espírito, para fazer com que vivam de acordo com os meus estatutos e observem e coloquem em prática as minhas normas” (Ez 36,2). “Profetizei conforme ele havia mandado. O espírito penetrou neles, e reviveram, colocando-se de pé” (Ez 37,10).

Toda refundação começa com uma profunda pobreza espiritual reconhecendo que, sem o Espírito Santo nada podemos fazer. Ela nos coloca num espírito de oração, de petição e de pobreza espiritual.

2. Começa com a Luz do Espírito Santo

Toda refundação começa com a graça e a luz do Espírito Santo que incita a perceber que a fundação da casa (congregação) tem alguns problemas sérios que comprometem o seu futuro. É a luz que ajuda não só perceber que há uma crise, mas também que é preciso tomar providências para arrumar a casa. Sem abertura e honestidade ao Espírito Santo a casa comprometida pode cair e “*sua ruína será completa*” (Mt 7, 30).

3. Concentra-se nas Coisas Essenciais

Refundação não se concentra nas coisas secundárias e sim nas básicas. Estamos falando do cuidado do alicerce da congregação que está comprometido e precisa de “refundação”. Portanto, *refundar* significa processar a reconstrução de um novo alicerce. É eliminar a areia (coisas não essenciais e prejudiciais) para reconstruir sobre a rocha, que é Jesus Cristo.

4. Volta às Raízes

A reconstrução do alicerce significa voltar para *as raízes e tradições legítimas*. É um processo doloroso mas demonstra que algumas das sementes fundacionais, que deram vida à congregação, “*caíram ou na estrada, nas rochas, ou entre os espinhos*” e por isso, estão produzindo nenhum ou pouco fruto (Mt 13, 3-9). Mostra, portanto, que houve esquecimento das coisas essenciais que os fundadores(as) instituíram. Precisamos plantar novamente “*em terra boa*”, discernindo melhor para guardar o trigo (tradição legítima) e eliminar o joio (acomodação) (Mt 13,24-30). Esse processo exige muita coragem. Na história de uma congregação, há momentos de acomodação, quando esta afasta-se do seu carisma, espiritualidade e missão. É degradante quando uma congregação começa justificar tal acomodação através da manipulação da palavra de Deus, numa leitura interesseira, ou quando, convenientemente, procura interpretar o sonho de seus fundadores segundo a vontade de uma minoria. A acomodação compromete o alicerce e a fundação. Sem tirar o “joio” ou “espinho”, uma congregação não poderá crescer em autenticidade, pois, somente a honestidade poderá libertá-la nesse processo.

Por isso, a refundação é uma leitura crítica da vida, dos sonhos e da espiritualidade dos fundadores(as) para finalmente jogar fora as justificações históricas que nunca fizeram parte da intenção original do fundador(a). Desse modo, pode-se começar o processo da refundação, de forma criativa e segundo os sinais dos tempos. O primeiro passo é doloroso mas absolutamente necessário. Algo precisa morrer para se experimentar uma verdadeira ressurreição. Sem assumir esse processo de purificação, a congregação estará optando, sem dúvida, para a sua autodestruição.

5. Redescoberta do Ser e do Agir Original

Refundar é fazer uma nova leitura das *coisas essenciais*:

- Num redescobrimento do ser e agir original e evangélico de cada congregação.
- Num esclarecimento sobre a visão evangélica e a missão dos fundadores(as) que nunca mudam com o tempo, mas que precisam de reformulação segundo o contexto de hoje.
- Numa busca em criar maneiras novas para viver a espiritualidade congregacional, redescobrimo criativamente o que os fundadores(as) disseram, valorizando os elementos essenciais que alimentam o carisma.
- Encontrando novas maneiras de ser profetas e profetizas nesse mundo pós-moderno.

Em poucas palavras, a refundação é o processo de reexame da crise, começando a tarefa de "arrancar" o que está morto para plantar aquilo que dá vida nova à congregação. Sem assumir com coragem e honestidade que há uma crise na congregação, e sem confrontar as causas dessa crise, não é possível dizer que a congregação está livre de morrer. Deixar de lado o confronto como crise é mergulhar a congregação num caminho sem volta. Um dia chegará a tempestade, o vento forte, a casa cairá e a "sua ruína será grande", pois foi construída sobre a areia. Mas quem assume o processo de refundação caminha para a ressurreição e a reconstrução sobre a rocha.

6. Busca Caminhos Novos

Refundação vai além das tradições legítimas, pois busca *caminhos novos que geram vida nova*. Não é uma busca superficial de novidades ou modas. Tais motivações não sustentam o processo de refundação e também não servem como proteção quando as tempestades surgem, pois não têm sustentação para gerar nova vida. Refundar é buscar uma nova visão, com fundamentos na tradição, *mas com roupas novas e criativas*. É adaptar-se numa busca crítica (tradição) e criativa (sinais dos tempos) para acolher profeticamente novas maneiras de ser e agir. É preciso, sobretudo, novas maneiras de rezar na intimidade com Deus; de celebrar as liturgias comunitárias; de viver a espiritualidade fundacional; de abordar novas estruturas comunitárias que promovam amizade e fraternidade evangélica; de acolher a orientação holística que toca em todos os aspectos da saúde espiritual, corporal e psicológica. Caso contrário, a vida religiosa não vai mudar e corre o risco de não atrair vocações que tem novos sonhos e novas maneiras de experimentar Deus e a fraternidade. E assim, a congregação fica fadada a morrer, por falta de novos membros. Sentimos que esses dois assuntos, espiritualidade e fraternidade, são partes essenciais no processo de refundação. É preciso ter a coragem de admitir que a profecia dos consagrados(as) falhou nessas áreas nas últimas décadas, por isso é urgente refundar a congregação, em sua espiritualidade e em sua fraternidade.

AS FONTES ESSENCIAIS DO PROCESSO DE REFUNDAÇÃO

Refundação, como foi dito, não é um processo que começa do zero, mas está profunda e necessariamente ligado ao passado e às tradições legítimas. Há três pilares essenciais que precisam ser reformulados para mergulhar nesse processo. Reforçando esses pilares afasta-se o perigo de construir sobre a areia e não sobre a rocha.

As três fontes indicadoras e inspiradoras são:

1. *O Evangelho*, para refundar o essencial na consagração e no seguimento radical a Jesus Cristo.
2. *O espírito do fundador(a)*, para purificar o carisma e a espiritualidade fundacionais.
3. *Os sinais dos tempos*, para reavivar o essencial de forma nova e criativa.

1. O EVANGELHO

Não há refundação autêntica sem voltar à pessoa de Jesus Cristo (modelo) e contemplar a sua maneira concreta de viver a consagração (seguimento). A Vida Religiosa está numa crise de identidade exatamente porque esqueceu do "ser" da vida consagrada como foi vivida por Jesus Cristo. Esqueceu da teologia da vida consagrada, do seguimento radical de Jesus Cristo, do chamado para ter intimidade com Cristo (vida apostólica) e, finalmente, do convite para participar, não só de sua missão (evangelização), mas também do seu destino (a cruz assumida para reconciliar a humanidade com seu Pai). Sem refundar esses elementos essenciais, a Vida Religiosa continuará em crise de identidade.

1.1. *Houve uma séria falta de estudo e reflexão* e, conseqüentemente, de viver a profunda riqueza da teologia da vida consagrada na história recente da Vida Religiosa. Sem tal teologia começou-se a frisar coisas secundárias em detrimento do essencial. Um exemplo gritante foi a ênfase dada aos conselhos evangélicos nos últimos séculos. Cristo apresentou esses conselhos aos doze apóstolos, não como o essencial para segui-lo, mas como meios indispensáveis para viver algo mais profundo e essencial. Esse algo mais profundo foi o desejo de entrar no projeto de amar a Deus e ao próximo de *forma radical*. Tal projeto é a própria aliança do batismo. É um desejo de viver os dois mandamentos do novo testamento de forma radical que constituiu o alicerce de nossa vida consagrada. É sobre esse alicerce que se pauta a refundação da vida consagrada (Mc 12, 28-34). Os conselhos evangélicos são meios que ajudam a viver os dois mandamentos de radicalidade do amor. Mas, desde o Concílio de Trento, os votos tomaram o lugar central na reflexão teológica sobre a vida consagrada. E os dois mandamentos fundamentais, sobre os quais esses três meios são construídos e tiram seu sentido, foram esquecidos. Pior ainda, muitas vezes o conteúdo teológico dos votos foram reduzidos somente à uma reflexão legalista e moralista que matou o espírito de consagração. Ser pobres, castos e obedientes significa amar a Deus e ao próximo numa forma radical e profética. Esse espírito de amor radical que deveria animar os conselhos evangélicos precisa ser redescoberto e refundado.

1.2. *Os Padres do deserto viviam sua consagração numa espiritualidade Cristocêntrica*. Cristo foi o modelo de consagrado que eles tentaram "seguir". Cristo foi o "ungido" que convidou outros a segui-lo mais de perto. Convidou todos a segui-lo, mas pediu somente aos doze

que participassem *de sua missão e do seu destino*. Os Padres do deserto sentiram-se chamados a seguir o mesmo caminho do Cristo consagrado.

Para refundar a Vida Religiosa é preciso aprender novamente a ser "discípulos(as)", para seguir Cristo. É preciso reaprender a oração de contemplação, dirigindo "um olhar profundo" ao único Mestre Jesus. É impossível viver a consagração sem, primeiramente, *OLHAR* o Mestre, descobrir como viver *COM* ele e, finalmente, viver *COMO* ele viveu a sua consagração. É viver numa "comunidade apostólica" com Cristo para segui-lo, imitá-lo e continuá-lo hoje, de forma profética.

Há muita literatura sobre a teologia da vida consagrada. A refundação exige estudo e abertura para novas idéias, como a redescoberta da teologia dos Padres do deserto. Esse processo não acontece sem a *formação permanente*, que deve frisar a teologia da vida consagrada e o seguimento a Jesus. Cada religioso(a) deve iniciar um estudo libertador sobre a vida consagrada para captar novamente seu "*primeiro amor*" (Ap 2,4).

1.3. *Sem dúvida, a geração dos consagrados hodiernos não reza muito*. Pode ser que haja oração, mas estamos falando da oração de intimidade, para a qual Deus chama os seus e as suas consagradas, isto é, a oração de contemplação. Todo religioso(a) é chamado a ser contemplativo; a chegar até a intimidade e a amizade profunda com Cristo que o(a) escolheu (Jo 15,14-16) e, por Cristo, chegar à uma intimidade com o Pai (Jo 1,18; 14,1-31). O Verbo encarnado é apresentado em todos os evangelhos como um homem profundamente orante. Cristo teve o costume de "despedir-se da multidão" e depois de sua própria comunidade para ir "*à montanha para rezar sozinho*" (Mt 14, 22-32). A oração de Jesus era de intimidade com seu Pai (Mt 6,9), mas também de compromi-

so na descoberta e na execução da vontade do Pai que o impulsionou para o ato extremo de amor na copiosa redenção de toda a humanidade (Jo 4,31-34). Sem contemplação perde-se a visão do projeto salvador do Pai e do sentido da vida consagrada. Esquece-se da missão e do destino de Cristo que o religioso(a) abraça pela consagração religiosa.

A geração dos religiosos(as) atuais sabe “fazer coisas”, mas perdeu a *paciência para rezar*. O ativismo tornou-se medida e norma de fidelidade na vida consagrada. Há tantas distrações e barulhos, dentro e fora do convento. E o resultado é desastroso. Cada vez mais há um vazio interior. Sem parar e “ficar aos pés de Jesus”, como seus discípulos (Lc 10, 38—42), o próprio ativismo perde o sentido e deixa de alimentar o ser consagrado e apostólico. De repente, somos os “funcionários públicos do sagrado”, sem a *motivação de amor* que vem de dentro e que alimenta o ser consagrado. A refundação precisa ensinar o caminho para a oração de contemplação. Um caminho de profunda união com o Pai, por Cristo, no Espírito Santo, onde se experimenta o amor “enlouquecido do Pai” por seus consagrados (Santo Afonso), e se recebe do Pai a missão para continuar a consagração de seu Filho no mundo de hoje. O Pai principalmente revela sua vontade salvífica na oração de contemplação. A contemplação é consolo, mas também é compromisso com o reino e caminho para a união com o Pai na obediência diante da missão.

Então, a busca pela refundação fala basicamente de *um processo de conversão*. É fazer as opções evangélicas concretas de forma nova e criativa para redescobrir a teologia da vida consagrada, o seguimento radical a Cristo e a oração de contemplação.

1.4. *É preciso voltar para as coisas básicas de uma espiritualidade evangélica*

comunitária, sustentando, profeticamente, continuar Cristo hoje. Os elementos que podem auxiliar essa volta são:

- Uma comunidade que vive a fé e que se concentra na pessoa de Deus. que dá espaço para estar em amorosa comunhão com Deus. E, em resposta ao amor, a comunidade assume a missão dada por esse Pai amoroso.
- Uma comunidade que busca intimidade com esse Deus por meio da liturgia, culto e adoração e que celebra a presença salvadora de Deus em seu meio.
- Uma comunidade que fornece momentos de silêncio, possibilitando um espaço honesto para experimentar o amor concreto de Deus e tornar presente o processo de salvação a todos os seus membros.
- Uma comunidade que dá lugar especial à Palavra de Deus buscando, sobretudo, a vontade do Pai.
- Uma comunidade que vive profeticamente o amor fraterno como um resultado de sua intimidade com Deus (I Jo 4,20-21). O amor a Deus sempre desemboca no amor aos irmãos(as).
- Uma comunidade que celebra a misericórdia de Deus e o perdão mútuo entre seus membros..
- Uma oração comunitária que alimenta o espírito de consagração e fornece meios para a fidelidade na consagração e na missão no mundo.
- Uma comunidade que busca a conversão Cristocêntrica, num processo constante e libertador (Fl 3,7-14).

2. O FUNDADOR(A)

2.1. Este segundo pilar fala de *purificação*, para reanimar o fogo fundacional e o carisma do fundador(a).

2.2. Tal processo *precisa iniciar-se com um estudo profundo e uma retomada efetiva das novas constituições e estatutos de cada congregação*. Presume-se que o trabalho de reescrever as constituições exigiu das comissões preparatórias e dos capitulares uma purificação para voltar

e rever a vida, os escritos e a herança dos fundadores(as). Infelizmente, muitos religiosos(as) ainda não apreciaram a riqueza dessas novas constituições. Elas ainda são usadas mais como “livro de referência” e não como *guia espiritual*. Ainda não se percebeu que as novas constituições são um “raio-x” do fundador(a) e de sua espiritualidade. Pode-se dizer que elas contêm o espírito do fundador (a) e os meios indicados para alimentar a espiritualidade e a missão específicas da congregação. Ainda falta muito para que as constituições tornem-se vida e alimento nas comunidades religiosas. Sem dúvida, a refundação precisa assumir o *estudo-orante* das constituições, tomando-as como fonte de ânimo e conversão na autenticidade do projeto carismático do fundador(a).

2.3. Junto com esse processo de purificação vem a *necessidade de reescrever a vida do fundador(a)*. Essa obra crítica tiraria as invenções históricas inseridas nos diferentes contextos, e voltaria seu olhar para a *intenção original* do fundador(a). Tirar os “espinhos” que estão sufocando a Vida Religiosa na congregação e plantar o plano original “em terra boa” exige suor e coragem. Haverá muita resistência pois tal estudo mexe com as acomodações e exige uma conversão radical. Mas, sem essa obra crítica os “espinhos” que sufocam a vida em nossas congregações continuarão sendo justificados. Tal processo de purificação já começou em muitas congregações, e foi iluminador e libertador. Mas, muitas vezes, ele funciona somente durante o tempo de formação inicial e pára dramaticamente com a profissão perpétua, demonstrando que não foi assumido por todos os membros através de um estudo sério e participativo. Sem um estudo crítico, organizado e planejado sobre os fundadores(as), fica difícil o processo de refundação.

3. SINAIS DOS TEMPOS

3.1. Para que a refundação seja profética *é preciso traduzir o ser religioso e o carisma fundacional em termos inteligíveis para a atualidade*. A cultura pós-moderna precisa ser incluída em qualquer discernimento sobre a refundação, pois os futuros vocacionados(as) só vão entender a vida religiosa e a consagração se tiveram alternativas concretas. Profecia exige inculturação, pois fala na linguagem e nos conceitos de seu contexto cultural.

3.2. A refundação *exige um estudo de toda a realidade social, econômica, política e religiosa*. Nessa realidade, a vida religiosa, como sinal profético do reino, dentro do carisma e da espiritualidade congregacional específica, tem a incumbência de apresentar *alternativas evangélicas para o mundo*. Tal processo significa que os próprios profetas precisam mudar para serem escutados. Há necessidade de procurar novas maneiras de ser e agir, novas estruturas, novas maneiras de exercer o carisma no mundo pós-moderno, novas maneiras de rezar e experimentar Deus, de viver a vida comunitária, de ser pobres, castos e obedientes e, finalmente, novas maneiras de ser “profecias vivas” de Jesus Cristo.

3.3. Essas considerações *devem ser o assunto sério dos capítulos provinciais*. Os religiosos não podem parar no tempo e nem continuar justificando a vivência de estruturas que não alimentam, e nem são sinal profético para o mundo pós-moderno. A refundação exige mudanças radicais e muita coragem. É uma questão de reavivar aquilo que foi sustentado até agora na história de cada congregação, mas com roupa nova. *O que não muda é o espírito; o que muda é a maneira de viver tudo isso*. É necessário superar as defesas que, no fundo, podem ser mais uma resistência para mudar. É necessário morrer para ressuscitar

1º ANO

Tema do ano: *Retomar o sentido da consagração religiosa.*

1.1. Estudar a teologia da vida consagrada
 1.2. Estudar o sentido profético dos votos na vida consagrada

1.3. Estudar a necessidade de uma vida sincera de oração na vida consagrada:

1.3.1. Oração de contemplação — redescobrir o sentido da oração de intimidade com Deus e perceber a necessidade dos momentos de intimidade para viver a consagração na imitação a Cristo.

1.3.2. Oração de comunidade que alimenta a consagração. Como podemos animar essa oração com novas formas e maneiras de celebrar as liturgias.

1.4. Estudar o significado evangélico e comprometedor do "seguimento radical de Jesus Cristo"

1.5. Estudar a conexão radical e integrada entre o seguimento de Cristo, comunidade, missão e o carisma da congregação.

2º ANO

Tema do ano: *Reanimar o carisma do fundador(a).*

2.1. Realizar uma leitura crítica da vida do fundador(a) com estudos dirigidos sobre os aspectos importantes da vida dele (dela), mas, especialmente, o momento em que fundou a congregação. Há necessidade de redescobrir a verdadeira finalidade dos fundadores ao iniciar a congregação. A experiência mística de Deus e a missão específica estão contidas nesse momento histórico.

2.2. Começar o processo de purificação que exige muita coragem e honestidade para descobrir e corrigir os desvios do carisma original. Talvez este tópico seja o mais importante no processo de refundação. Exige um processo de "arrancar para plantar" e dar nova vida à congregação.

2.3. Rever todas as obras assumidas pela província para dizer, com paz e tranqüilidade, se tal obra está ou não de acordo com o carisma fundacional e, por isso, deve aprimorá-la ou abandoná-la.

2.4. "Deixar" certas obras que sufocam a vida da congregação e assumir outras que reno-

vem o seu intuito apostólico e vivencial. Esse processo precisa ser assumido por todos os membros e a finalidade é *chegar a uma ação concreta e não ficar somente nas teorias*. Não chegar à ação pode ser um sinal de medo, resistência e até de desobediência. E essas coisas levam a província e a congregação à morte certa.

2.5. Elaborar um estudo sério sobre a espiritualidade do fundador(a) que é a herança da congregação. Seria necessário retomar um estudo-orante das Constituições. Este também é um processo duplo:

1. Purificar os erros acumulados no tempo, desde a época do fundador(a).
2. Adaptar a herança do fundador(a), mas segundo o contexto atual e as necessidades emergentes. Em outras palavras, vivenciar a espiritualidade congregacional de modo viável e concreto, sem superficialidades.

2.6. Estudar uma integração do carisma com a espiritualidade e com as obras. Sem essa integração há o risco de cair nos mesmos erros do passado. Integração exige a viabilização de tudo aquilo que o fundador(a) teve em mente ao fundar a congregação.

3º ANO

Tema: *Missão e Carisma Congregacional.*

3.1. Estudar as necessidades do mundo pós-moderno diante do carisma fundacional. Esse processo fala de não mudar o carisma, mas a necessidade de adaptá-lo ao nosso tempo. É um estudo sério sobre normas, métodos e maneiras diferentes para viver o carisma.

3.2. Perscrutar os meios que possibilitariam o carisma ser mais profético no mundo de hoje. Basicamente é a questão de como a profecia pode ser *vista e entendida*. É apresentar alternativas à sociedade de hoje.

3.3. Descobrir meios de convidar a Igreja e o mundo a entrar na conversão deixando as "normas do mundo" para acolher a resposta evangélica do fundador(a). Precisamos partilhar nossa espiritualidade congregacional com a Igreja e com o mundo. Afinal de contas, ela também pertence ao mundo.

3.4. Voltar para a radicalidade da profecia dos fundadores(as) em sua vivência de consagração, facilitando a apresentação ao mundo da maneira de viver a fraternidade, de rezar juntos, de viver pobres, castos e obedientes.

COMO REALIZAR ESSE PLANO DE TRÊS ANOS?

1. O meio mais eficaz é o da *formação permanente*. Sem um estudo sério e sem uma busca unificada o processo de refundação não funciona. Sempre haverá os que não querem entrar no processo, mas é preciso ir em frente e com coragem. Se uma província toda opta para não entrar no processo, ela já está caminhando em direção à morte.

2. Uma ajuda para esses estudos seria apelar para os peritos em nossas congregações. Estes podem fornecer subsídios mensais segundo o tema do ano. Quase todas as congregações investem muito na educação superior de alguns membros. Chegou o momento da contribuição destes(as). Eles podem indicar livros, artigos, revistas que ajudariam no estudo do plano dos três anos. Sem ajuda, ficamos sem rumo e sem iniciativas. Cada mês deveria ter algo para se estudar individualmente e depois comunitariamente, na forma de subsídios, com perguntas pertinentes que ajudem na reflexão e na oração pessoal.

3. Precisa-se passar do estudo para uma *partilha comunitária*. O carisma está vivo em cada membro da congregação e cada um pode dar sua contribuição no discernimento da re-

fundação. Depois do estudo pessoal com os subsídios, seria importante ter reuniões comunitárias para colocar a oração, o estudo e a reflexão em comum, esclarecendo cada vez mais o carisma, a espiritualidade e as obras. Sem essa partilha corre-se o risco de que o estudo fique somente no plano intelectual. As reflexões devem se tornar *vida*. Cada comunidade precisa determinar um dia de partilha, que deve ser feito sem pressa, deixando de lado todas as atividades desse dia para dedicá-lo somente à reflexão da vida e do futuro dos congregados. Esse dia deve incluir:

1. Momento de partilha do assunto já rezado e estudado particularmente.
2. Momentos de liturgia comunitária para rezar juntos o assunto do dia.
3. Uma liturgia eucarística para celebrar a vida, o fundador(a), a missão e a conversão.
4. Momentos de fraternidade e recreio juntos.
5. Necessidade de mandar os resultados da partilha para o governo provincial que poderia fazer uma síntese e uma leitura de toda a Província apresentando algumas *pistas concretas de refundação* para a nova vida e o melhoramento de toda a Província.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Você considera válida a proposta feita pelo autor de um trabalho comunitário na perspectiva da refundação da Vida Religiosa?
2. Como comunidade, procurem partilhar a proposta que o artigo apresenta e levá-la à prática.



Pe. LOURENÇO KEARNS, CSSR,
Redentorista

Endereço do autor:

Caixa Postal: 4820

CEP: 82960-970 — Curitiba, PR